



Boletim WRM 249

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Março / Abril 2020

Áreas Protegidas alimentando o lucro empresarial e a destruição



Aldeia Kakerekendje, Katasomwa, no território de Kalehe, leste da RDC. Foto: CAMV 2019

Nossa Opinião: A agenda das grandes ONGs de conservação em tempos de crise.....	2
Quem protege as Áreas Protegidas e por quê?.....	5
Nepal: uma falsa solução para a conservação da região de Chure e seus impactos sobre os povos da floresta.....	10
República Democrática do Congo: os batwas e o retorno a suas terras ancestrais no Parque Nacional de Kahuzi Biega.....	14
Indonésia: o que é uma Concessão para Restauração de Ecossistemas?.....	17
Brasil: empresa de plantações Suzano maquia seus impactos devastadores com afirmações de que faz “conservação”.....	23
Patriarcados nas florestas da Índia: comunidades em perigo.....	27
Panamá: outras visões sobre “fazer conservação”.....	32
Moçambique: Carta-resposta à Portucel e ORAM.....	34

RECOMENDADOS

Conflitos de terra entre a empresa de plantações SOCFIN e comunidades em Serra Leoa	36
Apelo internacional para acabar com a violência contra os povos na Colômbia	36
Legalizando o roubo de terras no Brasil enquanto o foco está na Covid-19.....	36
Como os governos asiáticos reagiram à pandemia de COVID-19?.....	37
Um subsídio para ativistas diante da pandemia.....	37
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) planta 1.000 árvores em acampamento no Paraná, Brasil	38

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos: Survival International; Federação de Usuários de Florestas Comunitárias, Nepal (FECOFUN); Centro de Acompanhamento dos Autóctones Pigmeus e Minorias Vulneráveis, RDC (CAMV); uma ativista do Brasil; Fórum pelos Direitos das Mulheres Agricultoras, Índia (MAKAAM); Missão Tabita, Moçambique; e membros do Secretariado Internacional do WRM

Áreas Protegidas alimentando o lucro empresarial e a destruição

Nossa Opinião:

A agenda das grandes ONGs de conservação em tempos de crise

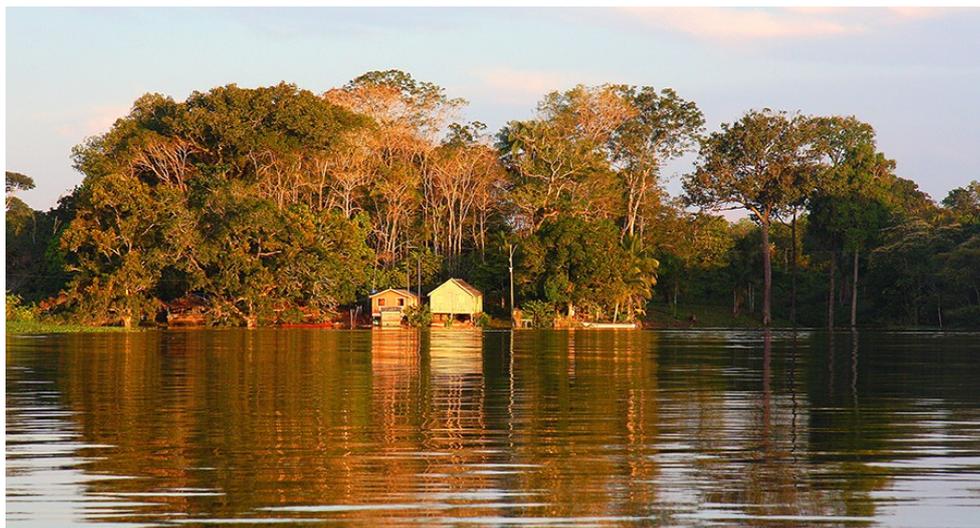


Foto: Nareeta Martin.

Este boletim foi planejado muito antes da pandemia do Coronavírus (COVID-19). Seu objetivo é destacar e alertar sobre a acentuada tendência de expansão das chamadas Áreas Protegidas e sobre os riscos que isso implica para as florestas e para os povos que delas dependem. A ideia de conservar florestas e biodiversidade é um objetivo muito nobre. Então, qual é o problema com o modelo de conservação das atuais Áreas Protegidas e dos planos para sua expansão?

[As grandes ONGs de conservação que promovem a expansão de um modelo de “florestas sem pessoas” ainda estão ligadas aos ideais colonialistas](#) sobre os quais foram fundadas. A maioria delas tem alianças com empresas e governos responsáveis por desmatamento. Essas organizações, que têm campanhas publicitárias caras e que descrevem 2020 como um “super ano para a natureza”, vêm promovendo a expansão das Áreas Protegidas, apesar das evidências de abusos e violência, que estão relacionadas a esse modelo de conservação, contra os povos da floresta. (1) Em nome da conservação, criou-se uma indústria lucrativa.

Até o final de 2020, os governos do mundo deveriam adotar um novo conjunto de metas para “proteger” a biodiversidade durante a reunião da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB). Essas metas fazem parte do chamado “**Acordo Global pela Natureza**” que os cientistas propuseram em 2017 para complementar o Acordo de Paris, da ONU. Em 2019, os defensores desse “Acordo” pediram a “**proteção**” de **metade da superfície da Terra**. De acordo com as reivindicações de várias ONGs conservacionistas e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), a primeira versão das decisões a serem adotadas na conferência da CDB estabelece (entre outras coisas) **que**

pelo menos 30% dos oceanos e terras do mundo sejam designados como Áreas Protegidas ou reservados para outros fins de conservação até 2030. O documento preliminar da CDB também inclui uma Visão para a Biodiversidade em 2050, com cinco objetivos de longo prazo. O primeiro objetivo é alcançar **“perda líquida zero” em biodiversidade até 2030 e um aumento nessa biodiversidade de, pelo menos, 20% até 2050.** (2) Enquanto isso, este ano, as negociações climáticas da ONU devem avançar a metas nacionais para combater os níveis de poluição, com intensa promoção das chamadas **Soluções Baseadas na Natureza.** O documento preliminar da CDB também promove o uso dessas “Soluções”, que têm como base mecanismos supostamente voltados a compensar a poluição e a destruição, bem como o “reflorestamento” em grande escala.

As reuniões e os documentos políticos “de alto nível” (como as negociações da CDB ou o Acordo de Paris) se baseiam em análises tendenciosas do que está causando perda de biodiversidade e desmatamento ou do que possa estar incentivando essa destruição. Ao mesmo tempo em que fazem soar o alarme e promovem as chamadas “soluções” – para que seus financiadores e o público em geral pensem que “algo está sendo feito” – esses mesmos atores e fóruns continuam promovendo e facilitando as causas diretas e subjacentes da perda de florestas e biodiversidade.

Contudo, a atual pandemia de COVID-19 forçou o adiamento da maioria dessas reuniões internacionais. Começam a circular anúncios sobre a “necessidade global” de evitar outra pandemia como a atual, através da criação de mais Áreas Protegidas. Esse argumento se encaixa perfeitamente na agenda que já estava presente na visão que apontava 2020 como o “super ano da natureza”. Essas demandas não seriam apenas maneiras fáceis de deslocar a responsabilidade por um problema que, claramente, tem causas estruturais mais profundas? O objetivo de criar “áreas mais protegidas” não apenas oculta os verdadeiros culpados pelo desmatamento, a monocultura e a produção de gado em escala industrial, mas também aprofunda a imposição de uma visão colonialista de conservação que separa “natureza” de “seres humanos”.

Houve inúmeras promessas de alinhar as atividades de conservação aos direitos humanos ou a uma abordagem comunitária e participativa. (3) No entanto, na essência, nada mudou na abordagem “sem comunidades” adotada por entidades que fazem o financiamento, a promoção e a gestão de Áreas Protegidas. Nenhuma das propostas que visam fazer com que a conservação pareça mais favorável às pessoas chegou a abordar os principais problemas sobre **quem controla a terra** em Áreas Protegidas ou quem decide se um local é declarado protegido, e o que isso significa. Além disso, não houve reconhecimento verdadeiro das **raízes coloniais e racistas subjacentes ao modelo de conservação predominante.** Como resultado, a gestão das Áreas Protegidas continua ligada – direta ou indiretamente – a despejos forçados, assédio, violência e abuso sexual de mulheres e crianças, violações dos direitos humanos, desmatamento e militarização dos territórios dos povos da floresta – e a lista segue.

Um Acordo Global pelo Lucro

O outro lado do modelo predominante de Áreas Protegidas e das atividades de conservação é sua contradição direta: **elas permitem que se continue a destruição das florestas e da biodiversidade, dentro e fora de seus limites.**

As empresas de mineração, por exemplo, estão operando em várias das chamadas Áreas Protegidas em todo o mundo. Em Camboja, apesar das leis que proíbem a mineração nessas áreas, foram concedidas licenças de mineração – inclusive em grandes partes do Parque Nacional de Virachey. Na Namíbia, o governo permite a exploração e a extração de minerais em Parques Nacionais. No Equador, o governo abriu cerca de 13% do país à mineração, com muitas concessões em áreas anteriormente protegidas. Até mesmo locais considerados Patrimônio da Humanidade estão ameaçados na Venezuela, no México, no Peru, na República Democrática do Congo, na Indonésia, na Guiné, na Costa do Marfim e na África do Sul, entre outros. A realidade é que o corte de madeira em escala industrial, a mineração, a extração de combustíveis fósseis e a produção de monoculturas vêm destruindo milhares e milhares de complexas correlações e interdependências nas florestas, inclusive com os povos da floresta e entre esses mesmos povos.

A epidemia de COVID-19, portanto, não é um evento isolado, **ela apenas acirrou a atual crise ambiental, climática, social e econômica**. Atualmente, os governos estão ocupados em mitigar os piores impactos da pandemia sobre suas populações e seus sistemas de saúde, mas fazem o que podem para retornar à “normalidade” o mais rápido possível. Mas **essa “normalidade” já significava uma crise para milhões de pessoas** ameaçadas por despejos, violência, pobreza, marginalização e destruição; enquanto isso, o caos climático já afetava gravemente pessoas, florestas e outros espaços de vida.

A atual pandemia aumenta ainda mais o risco de que governos, indústrias, ONGs conservacionistas e investidores financeiros amplifiquem sua **narrativa sobre uma expansão das Áreas Protegidas** em todo o mundo como **“solução global” para o que eles descrevem como as crises separadas do clima e da biodiversidade**.

Não permitamos a imposição de estruturas e atores poderosos que – mais uma vez, ocultos sob a linguagem da crise – estão causando a catástrofe em si.

O apelo por mais áreas protegidas não aborda as causas profundas da destruição nem enfrenta as ameaças às quais os povos indígenas e as comunidades camponesas e tradicionais estão expostas como resultado dessa destruição. A solidariedade radical com as comunidades que enfrentam a destruição de seus territórios requer conversas sobre outros temas. Como disse o pesquisador-ativista Larry Lohmann, quando alguém pergunta “como essa floresta deve ser preservada”, a resposta deve ser outra pergunta: **“Como podemos aprender com as comunidades quais são as melhores maneiras de contribuir com suas lutas para defender suas próprias práticas florestais, incluindo seus ciclos de subsistência?”**

(1) Veja por exemplo, WWF no Parque Nacional de Salonga na RDC: tortura, assassinato e estupro coletivo, Boletim do WRM, 2019, <https://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion1/wwf-en-el-parque-nacional-salonga-de-la-republica-democratica-del-congo-tortura-asesinato-y-violacion-en-grupo/>

(2) Veja Campaign For Nature <https://www.campaignfornature.org/home> ; e CBD, *Zero Draft of the Post-2020 Global Biodiversity Framework*, <https://www.cbd.int/doc/c/efb0/1f84/a892b98d2982a829962b6371/wg2020-02-03-en.pdf>

(3) Veja por exemplo, Conservação Internacional, *Partnering with communities, institutions and governments*, <https://www.conservation.org/about/partnering-with-communities-institutions-and-governments>

Quem protege as Áreas Protegidas e por quê?



Foto: Survival International

Parece que todo mundo está adotando o plano das grandes ONGs de conservação, de dobrar o tamanho das Áreas Protegidas (APs), que se estenderiam a mais de trinta (ou mesmo cinquenta?) por cento do planeta. O número é arbitrário, mas a questão é que elas seriam a solução para praticamente todos os grandes problemas – perda de biodiversidade, mudança climática e até – acredite ou não – a COVID-19!

Não seria bom? Afinal, todo mundo concorda que esses são os grandes problemas – todo mundo que não esteja morrendo de fome, sendo bombardeado ou atingido por tiros. Mas dizer que as APs são a resposta para qualquer uma das questões acima é contar uma grande mentira. Elas não resolverão nada disso. Obviamente, se a indústria da conservação contar uma mentira grande muitas vezes e continuar repetindo, as pessoas acabarão acreditando.

Um aspecto trágico da pressão por falsas soluções é que elas desviam a atenção daquilo que pode representar soluções verdadeiras. Mas a situação é pior que isso.

Perda de biodiversidade

Vamos analisar os três problemas que as APs deveriam resolver. A perda de biodiversidade deve ser o mais óbvio deles. Afinal, cercando-se uma grande área de terra e interrompendo a atividade humana, é garantido que o resultado seja mais biodiversidade do que havia antes, não é assim?

Essa ideia tem três grandes problemas. Primeiro, a chamada natureza intocada é um invento da imaginação dos europeus, o mito que, há mais de dois mil anos, opõe a “civilização” à “natureza” – terras situadas fora do império e povoadas por bárbaros hostis e nômades. Esses são os territórios que os romanos procuravam “domesticar” há 2000 anos, principalmente porque queriam os recursos – escravos, sal, metais, o que fosse. Agora, a indústria de conservação diz que quer que eles sejam deixados “intocados”, mas, na

realidade, alguém continua atrás de seus recursos para lucrar com o turismo, a extração de madeira, as plantações e até a mineração que as APs proporcionam.

Essas áreas não são “selvagens”. Os seres humanos manipulam a paisagem em quase todos os lugares, desde que ela existe – desde que nós existimos. E por que não? Sendo a espécie mais inteligente da Terra, por que não alteraríamos a flora e a fauna para adequá-la a nós, como fazemos com muitas espécies?

As pessoas desmataram a terra com fogo, alteraram o equilíbrio das populações de animais por meio de caça, movimentaram as plantas para diferentes continentes, domesticaram animais (o cachorro foi o primeiro, pelo que se sabe) – e tudo isso aconteceu dezenas de milhares de anos antes do que agora chamamos de “agricultura”. Quando as atividades de plantar e criar animais se tornaram maiores que a caça e a procura de alimentos (e esqueça o conto de fadas europeu de que a agricultura foi “descoberta” no Oriente Médio), as mudanças se aceleraram. Os pastores criaram novas planícies para pastagem, e seus rebanhos movimentaram sementes por grandes áreas e abriram, a sua vez, novos espaços. As pessoas manipulavam plantas para produzir centenas de cultivares, que não poderiam sobreviver sem a atuação humana. A construção de enormes terraços em encostas, as queimadas sazonais e a caça seletiva (de castores, por exemplo) alteraram cursos de água.

As pesquisas mais recentes apontam para o fato de que as grandes áreas de “natureza intocada” da Terra – Amazônia, as planícies africanas, as selvas indianas e assim por diante – são criações humanas forjadas ao longo de milhares de anos. É claro que isso não foi reconhecido pelos colonos europeus e ainda não faz parte da linguagem dos conservacionistas. A ideia da “natureza intocada” é promovida desde as “Guerras Indígenas” dos Estados Unidos, quando os índios americanos foram expulsos dos parques nacionais que começavam a surgir – apenas mais um capítulo em sua subjugação, e do processo de “domesticação” do Oeste. O racismo, que era um elemento central na gestação da narrativa da preservação, ainda está presente hoje, embora um pouco oculto.

O segundo problema com a ideia de que as APs protegem a biodiversidade é que não há muitas evidências de que isso realmente funcione. É impossível medir com muita precisão (o que se mede, exatamente?), mas estudos indicam que as terras sob gestão indígena funcionam muito melhor do que as APs. Por fim, é emblemático que cerca de 80% da biodiversidade estejam em território indígena.

O terceiro problema é que as APs podem realmente levar à perda de biodiversidade. Ao expulsar os povos indígenas (esqueça-se da mentira de isso é coisa do passado; não é), os que protegem a biodiversidade são impedidos de fazer o que estão fazendo muito bem, e são mandados embora, o que acabará por prejudicar a paisagem.

Se quisermos frear de fato a perda de biodiversidade, o método mais rápido, barato e comprovado seria apoiar ao máximo a ideia das terras sob controle dos indígenas, devolvendo-lhes o controle do que lhes foi roubado.

Mudanças climáticas

É fácil desconstruir a ideia de que as APs ajudarão a resolver a crise climática, tanto que é preciso se perguntar como alguém poderia sequer ter pensado nessa ideia ridícula. Resumidamente, se o mundo produzir a mesma poluição de agora, mas a partir de apenas

10% de sua superfície (ou 5%, ou o que for), não importa o que esteja acontecendo nos 30% (ou quanto for) que estão sob “proteção” – o efeito sobre o clima permanece exatamente o mesmo. A lógica é inevitável: você pode cercar a terra, mas não pode cercar o vento.

Se a queima de combustíveis fósseis está por trás da mudança climática, a solução é igualmente simples: queimemos menos e nos esqueçamos das falsas soluções como “compensações” e “carbono líquido zero”. Mas é fantasioso pensar que isso possa acontecer sem redução no consumo nos países mais ricos, que usam muito mais energia do que os mais pobres. Aconteça o que acontecer, a desigualdade imensa e crescente tem que começar a ser corrigida, pelo bem de todos nós.

Aumentar o número de APs não ajudará na luta contra as mudanças climáticas.

COVID-19

A ideia de que mais APs impedirão ou reduzirão as pandemias é nova, e é uma tentativa óbvia de explorar a crise atual para promover a agenda da “conservação de fortaleza” (literalmente do inglês *fortress conservation*, a ideia de criar áreas protegidas cercadas, como se fossem “fortalezas” contra possíveis “invasões” das populações locais), e que não tem nenhuma relação com a epidemia. É uma cínica jogada de marketing.

Os coronavírus foram descobertos pela ciência décadas atrás. Como todos sabemos agora, a COVID-19 (a doença causada pelo Coronavírus de 2019) se originou em uma espécie animal não humana, antes de pular para os seres humanos. Ainda não sabemos a espécie onde isso começou, podem ter sido morcegos selvagens ou outra. Pode ter havido um hospedeiro intermediário, como os pangolins (amplamente disponíveis e supostamente criados na China), mas também não temos certeza disso. Não é surpresa: a bactéria por trás da Peste (75 a 200 milhões de mortes) é conhecida, mas a transmissão, geralmente atribuída a pulgas de ratos, pode ter se dado, na verdade, entre seres humanos. A visão de que a COVID-19 veio do comércio de animais selvagens não está comprovada e provavelmente não é relevante.

De qualquer forma, não há dúvidas de que a humanidade sofre de doenças originárias de outros animais desde que nossa espécie existe. Nós sempre vivemos perto dos animais. A gripe, que acelera ou causa a morte de talvez 290.000 a 650.000 pessoas todos os anos, teve origem em uma ave da selva, por meio de seus descendentes domesticados, como galinhas e patos. O sarampo, que mata cerca de 140.000 pessoas por ano, teve origem no gado domesticado (no momento em que este artigo é escrito, acredita-se que cerca de 130.000 pessoas tenham morrido de COVID-19.)

Existem milhões de tipos de vírus, que estão por toda parte (inclusive dentro de nós), sofrem mutações e provavelmente existem desde as primeiras células vivas. Eles fazem parte do tecido da vida.

Mais APs não farão nada para evitar pandemias. Podem até ter o efeito inverso, aumentando a superpopulação ao expulsar as pessoas de suas terras e levá-las a favelas urbanas, que já abrigam cerca de um quarto dos habitantes das grandes cidades do mundo.

Que tipo de AP ajudaria a resolver esses três problemas?

As APs, como existem atualmente, não resolveriam nenhum desses problemas e poderiam facilmente piorá-los. No entanto, seria fácil conceber uma área protegida que sim, ajudasse a proteger a biodiversidade: bastaria proteger os direitos dos indígenas às suas terras. O problema é que, além de alguns comentários inconsequentes, não há evidências de os defensores das APs tenham isso em mente.

Atualmente, existem dois tipos de AP. Um deles existe em áreas onde as populações locais são numérica e politicamente fortes em termos relativos. Nenhuma AP pode ser criada lá sem atender às suas necessidades. Os parques nacionais do Reino Unido, por exemplo, incorporam fazendas e até mesmo povoados e pequenas cidades inteiras. Não há restrições a entrar ou morar neles. As pessoas não são retiradas, porque têm muita influência política. O outro tipo – a “conservação de fortaleza” – é o comum na África e em partes da Ásia, e é assim que os parques nacionais foram concebidos nos Estados Unidos. A população local, quase sempre nativa da região, é expulsa por meio de força, coerção ou suborno. Os melhores guardiões da terra, que já foram autossuficientes e têm pegada de carbono menor do de qualquer um de nós, são reduzidos ao empobrecimento, perdendo a terra e aumentando a superlotação urbana.

Não há razão para pensar que o novo clamor por duplicar as APs signifique algo diferente. Seus proponentes continuam falando muito de “natureza intocada” em lugares como África ou Ásia, precisamente onde vivem os povos indígenas, onde a conservação feita no modelo de fortaleza está viva e bem estabelecida, e onde as pessoas estão sendo expulsas de suas terras enquanto este texto está sendo escrito (como ocorre na Bacia do Congo ou nas reservas de tigres da Índia).

Quem quer APs e por quê?

As APs são promovidas com muita intensidade por ONGs de conservação, governos e grandes empresas. As ONGs querem o máximo de dinheiro possível para manter seu domínio sobre uma parte cada vez maior da superfície do mundo, que consideram ameaçada pelos habitantes locais. Os governos detestam pessoas autossuficientes, que são difíceis de tributar e controlar e tendem a não aceitar que o Estado está acima da comunidade. As empresas buscam ter mais consumidores e extrair mais matérias-primas, geralmente da “natureza intocada”. Elas precisam de lugares onde possam afirmar que “compensam” carbono para fazer o máximo possível de lavagem verde em sua imagem.

O resultado é que bilhões de dólares em dinheiro dos contribuintes são canalizados para áreas de conservação que ignoram todas as condições de defesa dos direitos humanos, os quais costumam ser rotineiramente descumpridos nessas áreas. A maioria desses projetos é administrada por ONGs, empresas privadas com fins lucrativos ou ambas. Eles são estabelecidos em conjunto com extração de madeira, atividades extrativas, caça esportiva, concessões de turismo e agronegócio. Tomam terras que há muito sustentam um modo de vida para a população local e a remodelam para gerar lucro para alguns estrangeiros. Em algumas áreas, há uma clara sobreposição, por exemplo, de concessões de mineração com áreas protegidas. Se as ONGs de conservação são controladas, pelo menos em parte, por executivos de empresas que têm assento nos conselhos dessas organizações, que se associam a elas e que as financiam, por que esperar algo diferente?

A Área Protegida de Messok Dja, na República do Congo, é um exemplo. Custa 24 milhões de dólares, dos quais 4 milhões são administrados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) . Isso inclui contribuições do governo do Congo e uma empresa de turismo, uma de óleo de dendê e uma de madeira, além de duas ONGs de conservação.

A ideia da conservação “de fortaleza” – APs protegendo a terra da ganância destrutiva dos habitantes locais – é um mito colonial, um conto de fadas prejudicial ao meio ambiente, com raízes em ideias racistas e ecofascistas sobre quais pessoas têm algum valor e quais não têm valor e, portanto, devem ser expulsas e empobrecidas, ou pior. Muitos ambientalistas sabem disso, mas se calam por receio de ser prejudicados profissionalmente ou ser processados na justiça.

Ao expulsar os moradores de áreas rurais de seus estilos de vida bastante autossuficientes (caça, pastoreio, coleta e cultivo de seus próprios alimentos e medicamentos) e os forçar a ingressar na economia monetária em seu nível mais miserável, o aumento do número de APs causará mais perda de biodiversidade, exacerbará as mudanças climáticas e aumentará a probabilidade de pandemias – exatamente o contrário do que se afirma. Se os adeptos da conservação de fortaleza vencerem a batalha, o efeito será mais empobrecimento e fome para milhões de pessoas. É improvável que a população local apoie e, em alguns lugares, essas pessoas serão simplesmente levadas a retomar suas terras à força, o que significará o fim dessas APs para sempre.

Isso não significa que muitas pessoas que acreditam na conservação de fortaleza e em Áreas Protegidas não creiam na grande mentira dessa proposta; elas realmente creem, e se apegam a ela como uma questão de fé, com a firmeza de qualquer fanático. Isso acaba sendo um desastre para elas também, pois seu trabalho acabará se revelando contraprodutivo. Mas a tragédia causada ao longo do processo às pessoas e à natureza que estão sendo prejudicadas é muito mais grave. Se nos preocupamos com a biodiversidade e as mudanças climáticas, essas visões não devem prevalecer. A biodiversidade depende da diversidade humana, e essa é questão central que deve ser rapidamente formulada em uma ideologia de conservação para o futuro, para o nosso planeta e para toda a humanidade.

Stephen Corry, director@survivalinternational.org @stephencorrsvl
Diretor, Survival International, <https://www.survivalinternational.org/>

Referências:

- Corry, S., It's time to clean ecofascism out of environmentalism, abril de 2020, CounterPunch, <https://www.counterpunch.org/2020/04/02/its-time-to-clean-ecofascism-out-of-environmentalism/>
- Corry, S., New deal for nature: Paying the emperor to fence the wind, fevereiro de 2020, CounterPunch, <https://www.counterpunch.org/2020/02/24/new-deal-for-nature-paying-the-emperor-to-fence-the-wind/>
- Corry, S., Diversity Rules Environment, ok?, dezembro de 2019, CounterPunch, <https://www.counterpunch.org/2019/12/20/diversity-rules-environment-ok/>

Nepal: uma falsa solução para a conservação da região de Chure e seus impactos sobre os povos da floresta



Campanha dos Grupos Florestais Comunitários contra a Área Protegida, centralizada pelo governo na região de Chure. Foto: FECOF

A região de Chure compreende as montanhas de formação mais recente do Nepal e está localizada entre as terras baixas e planas (Tarai Madesh), ao sul, e as colinas médias (cordilheira de Mahabharat), ao norte. Abrange 12,78% do território nacional (1.896.255 hectares) e se expande por mais de 36 distritos. (1) As florestas cobrem 72,37% dessa região (1.373.743 hectares). **Devido às fortes pressões de empresas para extrair minerais e outras matérias-primas para projetos de infraestrutura, a taxa anual de desmatamento é muito alta.** (2) Mais de 5 milhões de pessoas vivem na região de Chure, e seus meios de subsistência dependem principalmente da agricultura e das florestas comunitárias.

Chure é uma das principais bacias hidrográficas para a conservação das águas superficiais e subterrâneas da região de terras baixas e planas (Tarai Madesh). O alto valor também se deve a sua biodiversidade, sua vida selvagem e seus habitats, e ao fato de conectar diferentes áreas protegidas no Nepal. Povos indígenas e comunidades locais dependem dessa região para seu sustento e outros propósitos bioculturais. Independentemente disso, **as atividades extrativistas das empresas têm explorado excessivamente essas florestas e, como consequência, deslizamentos de terra e inundações vêm aumentando continuamente,** com enormes impactos para a população que vive a jusante da bacia hidrográfica de Chure e suas terras agrícolas.

A maior parte das áreas florestais de Chure é de florestas comunitárias (cerca de 60%) e se enquadra em um dos 2.837 Grupos Florestais Comunitários, regulamentados pela Lei Florestal de 1993 (agora chamada de Lei Florestal de 2019). As florestas restantes estão predominantemente sob gestão governamental, e grande parte está dentro das Áreas Protegidas dos Parques Nacionais de Parsa, Chitwan, Banke e Bardia, e a Reserva de Vida Selvagem de Shuklaphanta. No entanto, com o pretexto de controlar atividades de extração ilegal na região de Chure, **em 2015, o Governo do Nepal declarou toda a região, incluindo as florestas comunitárias, como Área de Proteção Ambiental, o que reduziu**

os direitos de posse dos Grupos Florestais Comunitários. A autoridade sobre essa área protegida foi atribuída ao Conselho de Desenvolvimento da Conservação de Chure-Terai Madhesh, estabelecido pelo governo do Nepal em nível nacional.

Dessa forma, os Grupos Florestais Comunitários, empresas do setor de silvicultura, autoridades da Área Protegida e o Conselho de Conservação de Chure-Terai Madhesh reivindicam formalmente seus direitos e ter papéis reguladores na região de Chure. Pequenos agricultores e pessoas sem terra também estão reivindicando seus direitos sobre a terra, as florestas e as fontes de água, das quais precisam para se sustentar. Apesar disso, diferentes níveis governamentais (local, provincial e federal) têm emitido **licenças para empresas de mineração nas bacias hidrográficas ou rios/córregos da região de Chure** e, portanto, o setor empresarial continua extraindo e explorando florestas, bacias hidrográficas e rios/córregos para obter benefícios econômicos. Por haver tantas reivindicações sobre a mesma região, **os conflitos entre esses atores cresceram continuamente nos últimos anos, resultando em ainda mais desmatamento e degradação ambiental.**

Regeneração Florestal através de Florestas Comunitárias

De acordo com a Avaliação de Recursos Florestais de Chure de 2014, entre 1995 e 2010, mais de 38 mil hectares foram desmatados nessa região devido a invasão por parte de atividades extrativistas, extração ilegal de madeira e incêndios florestais. No entanto, a Avaliação de 2015 mostra que as florestas do Nepal, incluindo as da região de Chure, aumentaram devido a intervenções das comunidades (3).

Com base em observações de campo e em muitos relatórios, **está claro que os Grupos Florestais Comunitários têm contribuído muito para a conservação das florestas de Chure.** Suas ações incluem: controlar incêndios florestais, manejar pastagens abertas, reduzir a extração ilegal de madeira e o tráfico de fauna e flora, e controlar a erosão do solo através da regeneração natural das florestas. Para esse fim, cada Grupo Florestal Comunitário possui seu próprio plano de manejo de longo prazo, aprovado pelas Agências Florestais Distritais, segundo a legislação nacional para as florestas.

A Lei Florestal de 2019 dá às comunidades o direito de exigir qualquer parte das florestas nacionais como floresta comunitária, considerando os interesses da comunidade, sua capacidade de gestão e sua distância em relação à área solicitada. Na região de Chure, mais de 350 novos Grupos Florestais Comunitários estão exigindo áreas específicas das florestas nacionais remanescentes com base na Lei Florestal de 2019. No entanto, **as Agências Florestais Distritais hesitam em entregar essas florestas porque elas estão sendo dadas em concessão a empresas privadas ou estatais para mineração e exploração de madeira** – e as concessões rendem *royalties* para o governo central.

Áreas de proteção centralizada restringem os direitos das comunidades

A falta de manejo florestal eficaz sob supervisão governamental gerou taxas de desmatamento muito altas no Nepal. **As atividades empresariais de extração estão aumentando continuamente para fornecer matérias-primas a grandes projetos de infraestrutura (rodovias, ferrovias, aeroportos, hidrelétricas etc.).** Após instituir a Área Protegida Ambiental de Chure, o recém-formado Conselho de Conservação de Chure-Terai Madhesh foi encarregado de implementar diferentes atividades de conservação.

Infelizmente, o Conselho de Conservação começou a reduzir os direitos de posse sobre florestas dos Grupos Florestais Comunitários, em nome da aplicação das leis de proteção ambiental na região.

Portanto, em 2015, a Federação de Usuários de Florestas Comunitárias (FECOFUN), que representa os Grupos Florestais Comunitários (4), começou a organizar intensos protestos contra a Área Protegida centralizada, mobilizando esses grupos. Como resultado, o governo central emitiu um aviso em 2016 para garantir e respeitar os direitos de posse dos Grupos Florestais Comunitários. No entanto, a **FECOFUN continua exigindo a dissolução do Conselho de Conservação de Chure-Terai Madhesh e a anulação da Área Protegida centralizada**. Essas intervenções do governo central estão criando muitos obstáculos para que os Grupos Florestais Comunitários exerçam seus direitos legais, que devem ser garantidos, segundo a Lei Florestal de 2019.

O Fundo Verde para o Clima, a FAO e o governo estão promovendo uma solução falsa para as florestas de Chure!

O Governo do Nepal, junto a agências de desenvolvimento do Norte, como USAID (EUA), JICA (Japão), GIZ (Alemanha) e SNV (Holanda), bem como o Global Environmental Facility (GEF) e a FAO, investiu uma enorme quantidade de dinheiro na região de Chure por meio de agências governamentais e do Conselho de Conservação de Chure-Terai Madhesh. No entanto, os resultados desses investimentos são pífios devido a corrupção, falta de transparência e governança fraca do Conselho e das agências governamentais. Diante dessa situação, **o conselho do Fundo Verde para o Clima (GCF) aprovou, em 2019, um projeto intitulado “Construindo uma região de Churia resiliente no Nepal (BRCRN)”**, cujas Entidades Executoras serão o Ministério de Florestas e Meio Ambiente (MoFE) do Nepal e a FAO. O GCF fornecerá 39,3 milhões de dólares, que inclui diferentes componentes para o chamado “manejo de recursos naturais sustentável e resiliente ao clima”, como práticas de uso da terra resilientes ao clima, proteção e restauração florestais, e capacitação. (5)

Uma questão fundamental que tem sido pouco mencionada é que as empresas dos setores madeireira e extrativista, agências governamentais e o Conselho de Conservação de Chure-Terai Madhesh violam continuamente os direitos humanos na região de Chure. **As comunidades estão sendo privadas de acesso às florestas para obter seu sustento, devido à implementação violenta da Área de Proteção Ambiental. Além disso, as empresas extrativistas estão reprimindo e matando ambientalistas** (6). Não há mecanismo no projeto GCF que ajude a garantir os direitos humanos nem a enfrentar a questão das violações dos direitos humanos na região.

A Constituição do Nepal, sob a Lei de Proteção Ambiental e a Política para a Mudança Climática (ambas de 2019), garante direitos preferenciais às comunidades locais nas florestas. Para estabelecer um projeto, é necessário que haja compartilhamento claro dos benefícios com as comunidades locais, um programa de adaptação comunitário e destinação de 80% do financiamento climático disponível nos mecanismos internacionais às comunidades locais. Infelizmente, esse projeto minou todas essas disposições legais e políticas nacionais. A Autoridade Nacional Designada para o GCF (o Ministério das Finanças) já indicou que o financiamento oriundo do projeto do GCF será fornecido ao Conselho de Conservação de Chure-Terai Madhesh através de um “Livro Vermelho” controlado pelo governo. **O Conselho quer usar o dinheiro do GCF para expulsar**

peças e grupos florestais comunitários. Esses grupos e as famílias sem terra (que não têm títulos de propriedade) querem manter e fortalecer seus direitos de posse sobre terras e florestas, mas não há mecanismo de reparação de queixas para as comunidades locais afetadas.

Existem muitas ações na justiça contra o Conselho de Conservação de Chure-Terai Madhesh relacionados à corrupção; portanto, é muito provável que o órgão também faça uso indevido do dinheiro do GCF. **O Conselho vem mobilizando uma grande quantidade de dinheiro para criar obstáculos cada vez maiores à campanha dos Grupos Florestais Comunitários na região de Chure,** e é por isso que as comunidades estão exigindo a sua dissolução.

Sob essa situação conflitante, **o projeto do GCF, já aprovado,** enfrentará muitos outros obstáculos em sua fase de implementação e **aumentará as atuais tensões com relação à posse da terra,** algo que não foi analisado na proposta do projeto.

Além disso, na região de Chure, mais de 50% das famílias não possuem certificados de propriedade e, portanto, são consideradas famílias sem terra. O projeto do GCF não incluiu nenhum componente ou subcomponente para resolver os **problemas das famílias sem terra que dependem da floresta** e, portanto, terá um enorme impacto sobre elas, no sentido de que **poderão ser desalojadas** durante a fase de implementação. O projeto propõe apenas o uso dos Grupos Florestais Comunitários, que é uma de suas estratégias para **tirar proveito das estruturas atuais de comunidades florestais em nome de um projeto resiliente ao clima.**

A região de Chure é muito afetada pelas indústrias extrativistas com fins lucrativos, que têm recebido proteção política permanente para manter seus próprios benefícios comerciais. **O projeto do GCF se cala sobre o enfrentamento destes desafios devastadores gerados pelo setor empresarial enquanto faz questão de responsabilizar com destaque as pessoas que dependem da floresta, como se fossem invasoras.**

A realidade é que quem cuida da maior parte da região de Chure são os Grupos Florestais Comunitários. Mesmo assim, o projeto do GCF não os reconhece verdadeiramente pelo que são e representam, já que não foram reconhecidos pela Área Protegida sob gestão pelo Conselho de Conservação de Chure-Terai Madhesh. Portanto, **as comunidades florestais não estão satisfeitas com o projeto financiado pelo GCF e farão campanhas permanentes para garantir seus direitos sobre as florestas.**

Dil Raj Khanal, dilcommon@gmail.com

Consultor de Políticas da Federação de Usuários de Florestas Comunitárias, Nepal (FECOFUN), Kathmandu, Nepal

(1) Ministry of Forest and Environment, Gazette notification on declaration of Chure Environmental Conservation Area, datada de 30 de junho de 2015 (Seção 64, volume 9, parte 5)

(2) DFRS. 2014. Chure Forests of Nepal. Forest Resource Assessment Nepal Project/Department of Forest Research and Survey (DFRS). Babarmahal, Kathmandu, Nepal.

(3) DFRS, 2015. State of Nepal's Forests. Forest Resource Assessment (FRA) Nepal, Department of Forest Research and Survey (DFRS). Kathmandu, Nepal.

(4) Federation of Community Forest Users. Nepal (FECOFUN), www.fecofun.org.np

(5) GCF B.24 02_Add.04 – Consideration of funding proposals – Addendum IV Funding proposal package for FP118, <https://www.greenclimate.fund/document/building-resilient-churia-region-nepal-brcm>

(6) Nepal human Rights situation update, janeiro de 2020, Environmental rights defender in Nepal killed for protesting illegal mining, <http://www.thrda.org/wp-content/uploads/2020/01/Environmental-Rights-Defender-Killed-in-Nepal-THRDA-UPDATE.pdf>

República Democrática do Congo: os batwas e o retorno a suas terras ancestrais no Parque Nacional de Kahuzi Biega



Aldeia Kakerekendje, Katasomwa, no território de Kalehe, RDC. Foto: CAMV 2019

Mais de quatro décadas depois de serem expulsos de suas florestas ancestrais, no que hoje é o Parque Nacional de Kahuzi Biega (PNKB), um grupo de membros do povo batwa, exasperado pela pobreza extrema e pelas promessas não cumpridas do governo, decidiu voltar, apesar das restrições legais na República Democrática do Congo. Desde então, esses ribeirinhos autóctones têm enfrentado regularmente os “ecoguardas”, algumas vezes resultando na perda de vidas humanas.

A criação do Parque Nacional de Kahuzi Biega (PNKB), no leste da República Democrática do Congo (RDC), em 1971, deixou milhares de batwas em uma situação muito precária. **Os batwas foram culturalmente destruídos pela perda de suas florestas**, mas, mesmo assim, o parque foi declarado Patrimônio da Humanidade pela Unesco. A usurpação de suas terras ancestrais sem medidas compensatórias teve e continua tendo efeitos especialmente devastadores sobre as mulheres daquele povo, cujas principais tarefas são alimentar e cuidar de suas famílias. Desde então, elas perderam seus meios de subsistência e foram confinadas a condições de vida muito precárias, ficando expostas à exploração e à violência.

Às vezes, apesar das atuais restrições legais, essa pobreza extrema leva os ribeirinhos autóctones batwas a entrar no Parque para obter recursos vitais para sua subsistência, como mel ou plantas medicinais. Na prática, tem sido a Lei 14/003, de 11 de fevereiro de 2014, relativa à conservação da natureza, que **fortaleceu o regime repressivo** para garantir a proteção de espécies, ecossistemas e habitats naturais. O Artigo 10 estabelece que “(...) as espécies da fauna e da flora silvestres são protegidas em todas as fases de seu ciclo biológico”. Contudo, essa mesma lei permite certas exceções às medidas de conservação, principalmente no interesse da saúde e da segurança públicas, bem como da

segurança alimentar das populações ribeirinhas em áreas protegidas. Infelizmente, essas exceções são difíceis de implementar, já que não há medidas que garantam isso.

Os despejos dentro do PNKB ocorreram ao longo de duas décadas: 1960 e 1970. **Cerca de 6.000 batwas foram expulsos à força de suas terras ancestrais.** Entre 1970 e 1985, esse povo foi expulso das colinas de Chatondo, Katasomwa, Munango, Kabona, Kakumbukumbu e Bukulula, espaços que estão em uma parte de elevada altitude do Parque Nacional de Kahuzi-Biega. Essas colinas estão localizadas entre os territórios de Kabare, Kalehe e Shabunda, na província de Sud-Kivu, no leste da RDC.

De acordo com o censo realizado em 2017 pelo Instituto Nacional de Estatística e pela associação sem fins lucrativos Centro de Acompanhamento de Autóctones Pigmeus e Minorias Vulneráveis (*Centre d'accompagnement des Autochtones pygmées et Minoritaires Vulnérables*, CAMV) em Sud-Kivu, aproximadamente 9.608 autóctones batwas ocupam 101 aldeias na fronteira com a parte de altitude mais elevada do PNKB, precisamente nos territórios de Kabare e Kalehe, na província de Sud Kivu.

Em 2014, com o apoio da ONG Forest Peoples Programme, o CAMV iniciou um diálogo com o Instituto Congolês de Conservação da Natureza (ICCN), no âmbito do Mecanismo Whakatane. (1) Esse diálogo visava fazer com que o ICCN/PNKB reconhecesse a contribuição dos batwas para a conservação, e que eles não fossem considerados concorrentes da Área Protegida, e sim aliados na gestão sustentável do parque. O compromisso do CAMV visa conciliar os imperativos da conservação da biodiversidade com as necessidades das comunidades ribeirinhas batwas.

Entre 2014 e 2019, houve muitas outras tentativas de solução dos conflitos entre o PNKB e os batwas. (2) O Diálogo de Whakatane, em 2014, e o Diálogo Miti-Centre, em 2018, buscaram uma solução duradoura para o problema da falta de terras. Infelizmente, **todas essas iniciativas ficaram sem efeito** na ausência de uma comissão de monitoramento para a implementação eficaz das recomendações. Os autóctones batwas denunciam a indiferença do governo congolês às suas demandas. **O maior doador do parque é o Banco de Desenvolvimento alemão KfW**, que, só em 2016, forneceu cerca de 2 milhões de dólares. (3)

O regresso dos batwas ao PNKB

Contra todas as expectativas, em outubro de 2018, cerca de 40 famílias batwas da aldeia de Buhobera, no território de Kalehe, decidiram retornar ao PNKB e, aos poucos, muitos outros batwas de Kabare e Bunyakiri foram se juntando a elas. Eles usavam os bantos como mão de obra para produzir carvão e serrar tábuas. Na situação atual, dada a extrema pobreza dos batwas e sua eterna busca pela sobrevivência, esses abusos não surpreendem. “Voltar ao parque pode ter parecido uma oportunidade momentânea, que era preciso aproveitar ao máximo”, disse um líder autônomo twa, de Kabare.

Desde a ocupação do Parque Nacional de Kahuzi Biega pelos autóctones batwas, seus violentos – e, às vezes, mortais – conflitos com os guardas florestais aumentaram. Muitas medidas foram tomadas para acalmar essa crise. Em várias ocasiões, o PNKB tentou usar a força (incêndio de casas, uso de armas de fogo, prisões, ameaças) para dissuadi-los de permanecer no Parque, mas sem sucesso. Pelo contrário, essas tentativas de dissuasão, na maioria das vezes, levam a confrontos que costumam ser mortais.

Até o momento, houve cerca de 10 mortes e muitos feridos, tanto do lado dos batwas quanto dos guardas florestais. **Alguns líderes batwas estão na prisão e outros tiveram a prisão decretada.** Deve-se destacar o caso do chefe twa Kasula, da aldeia de Muyange, na agrupação de Miti em Sud-Kivu. Em 24 de fevereiro, ele e sete outros batwas, incluindo duas mulheres, foram condenados a penas severas, que **variam entre um e 15 anos de prisão, além de multas.** O tribunal militar da guarnição de Bukavu os condenou por porte ilegal de armas e por destruir a flora do Parque Nacional de Kahuzi Biega, seu território ancestral. Muitos observadores afirmaram que esse processo não foi justo: os juízes instruíram os oito casos e proferiram as sentenças em um único dia. Mais do que isso, como os batwas não puderam escolher seus advogados, o tribunal nomeou um defensor público, um dia antes do julgamento. Nessas condições, o advogado não teve tempo suficiente para preparar a defesa. (4)

Algumas organizações locais que acompanham os batwas também são acusadas de convencê-los a ficar permanentemente no parque, o que resultou em ameaças de forças de segurança.

É claro que, se esse retorno tivesse sido autorizado e planejado (regulamentado) de acordo com o resultado do diálogo para solucionar os conflitos de 2014 (que previa o estabelecimento de zonas-piloto dentro do parque, nas quais os batwas poderiam manejar a biodiversidade de maneira sustentável), teria sido possível garantir os direitos das comunidades e a proteção da biodiversidade.

Os frequentes enfrentamentos entre guardas florestais e os batwas, que aumentaram desde o retorno destes ao PNKB, representam dificuldades para todas as partes do conflito, em níveis nacional e internacional. É preciso tomar medidas urgentes para desencorajar aqueles que destroem esse patrimônio mundial que é o PNKB e, acima de tudo, para que não se repitam os casos de violência que testemunhamos atualmente. Também devem ser implementados mecanismos adequados e sustentáveis para proteger e promover os direitos dos batwas, e também para proteger a biodiversidade da PNKB.

Pacifique Mukumba, mukumbapaci@yahoo.ca

Diretor executivo da associação sem fins lucrativos Centro de Acompanhamento dos Autóctones Pigmeus e Minorias Vulneráveis (CAMV - Centre d'Accompagnement des autochtones Pygmées et Minoritaires Vulnérables), RD. Congo

Doutorando da Universidade do Burundi, centro de pesquisa Sociedade, Poderes, Espaços e Meio Ambiente (Pouvoirs, Espaces et Environnement, SPEE)

(1) O objetivo do Mecanismo Whakatane é avaliar a situação em diferentes áreas protegidas do mundo e, onde houver povos afetados negativamente, propor e implementar soluções. Além disso, defende e apoia as alianças frutíferas entre povos e áreas protegidas. <http://www.whakatane-mechanism.org/fr>

(2) 2014: Recomendações do diálogo realizado em Sud-Kivu entre os pigmeus ribeirinhos do PNKB e o Parque Nacional de Kahuzi Biega, de 25 de setembro a 4 de outubro de 2014;

2018: Conclusões da reunião de intercâmbio realizada em Miti-centre (território de Kabare, na província de Sud-Kivu) em 2 de fevereiro de 2018, sobre as tensões intercomunitárias enfrentadas pelas comunidades Shi e Twa (pigmeus), bem como a administração do Parque Nacional de Kahuzi-Biega, no eixo Miti-Katana, no território de Kabare, província de Sud-Kivu;

2019: Declaração de Bukavu, resultante do diálogo de alto nível sobre o processo de proteção duradoura do Parque Nacional de Kahuzi-Biega e a coabitação pacífica entre o Parque, os povos autóctones e outras comunidades ribeirinhas.

(3) Conservation Watch, *Fortress Conservation in Kahuzi-Biéga National Park: Evictions and*

extrajudicial killings, setembro de 2018, <http://www.conservation-watch.org/2018/09/07/fortress-conservation-in-kahuzi-biega-national-park-evictions-and-extrajudicial-killing/>
 (4) FPP, *The Kizula trial : punishment without justice*, fevereiro de 2020 <https://www.forestpeoples.org/en/lands-forests-territories/news-article/2020/kasula-trial-punishment-without-justice>; FPP, atualização: *Batwa communities and Kahuzi-Biega National Park*, fevereiro de 2020, <https://www.forestpeoples.org/en/lands-forests-territories/news-article/2020/update-batwa-communities-and-kahuzi-biega-national-park>; Taz, *Der Feind in Grun* (apenas em alemão), março de 2020, <https://taz.de/Naturschutz-contre-Menschenrechte/!5666561/>

Referências:

- Barume. A.K. (2003). En voie de disparition? Moreton-in-Marsh, Reino Unido, 143 p.
- Couillard. V, Gilbert. J, Kenrick. J, Kidd. J. (2009). Les droits fonciers et les peuples des forêts d'Afrique. Perspectives historiques, juridiques et anthropologiques. Aperçu général: analyse et contexte. Programa para los Pueblos de los Bosques, Reino Unido.
- ERND. (2017). L'expulsion des populations Pygmées du Parc National de Kahuzi-Biega: faits, conséquences et perspectives. Relatório do estudo.
- Nelson, J. & Hossack, L., Eds. (2003). From Principles to Practice: Indigenous Peoples and Protected Areas in Africa. Moreton-in-Marsh: Programa para los Pueblos de los Bosques, <https://www.forestpeoples.org/en/topics/rights-land-natural-resources/publication/2011/indigenous-peoples-and-protected-areas-africa>
- Mecanismo de Whakatane (2018), <http://whakatane-mechanism.org>; em espanhol: <http://whakatane-mechanism.org/es>

Indonésia: o que é uma Concessão para Restauração de Ecossistemas?



Floresta de Hutan Harapan em Jambi. Foto: EJAtlas

A maioria das florestas da Indonésia é de propriedade do Estado. Nas últimas décadas, as chamadas “florestas produtivas”, que representam mais de 50% das que pertencem ao Estado, foram distribuídas a empresas privadas, principalmente indústrias madeireiras e de plantações. Isso resultou em grande destruição de florestas para produção de madeira, óleo de dendê, e celulose e papel. (1)

A categoria de Concessões para Restauração de Ecossistemas (CREs) foi lançada oficialmente em 2004, a fim de reverter a tendência de desmatamento nas “florestas

produtivas”. As CREs foram criadas por entidades de conservação – como British Royal Society for the Protection of Birds (RSPB), BirdLife International e sua afiliada indonésia Burung Indonesia – e pelo antigo Ministério das Florestas. (2) A ideia principal era criar uma ferramenta governamental voltada ao mercado, capaz de reverter o desmatamento nessas “florestas produtivas” que, apesar da destruição florestal, ainda teriam alto potencial para a conservação.

Para receber uma licença de restauração do Ministério do Meio Ambiente e Florestas, é preciso criar uma empresa e apresentar um plano de negócios. A licença é concedida por um período de 60 anos, renovável por mais 35. A primeira empresa a receber uma CRE foi a PT REKI em 2007, para o Projeto Harapan Rainforest, em Sumatra. A PT REKI é detentora da licença, enquanto as três entidades de conservação mencionados acima criaram uma fundação sem fins lucrativos, que se tornou a principal acionista da empresa.

O regulamento para o manejo de CREs estabelece que o titular da licença promova atividades de restauração para “restabelecer um equilíbrio biológico”, e **depois poderá voltar a extrair madeira**. Enquanto isso não acontece, são permitidas nas CREs atividades de geração de renda, incluindo a venda de créditos por serviços ecossistêmicos, como carbono, conservação da biodiversidade ou recursos hídricos, além de ecoturismo e produção e venda de produtos florestais não madeireiros. O cultivo de plantas medicinais e ornamentais, a apicultura e a criação de animais também são opções que o detentor da licença pode explorar. O regulamento define que os CREs devem garantir que os benefícios sejam divididos de forma equitativa com as comunidades locais. Até 2016, haviam sido concedidas 15 licenças sobre 573.455 hectares de terra em Sumatra e Kalimantan. (3)

Ao longo dos anos, **grandes ONGs de conservação que atuavam em torno desses esquemas na Indonésia, como WWF, TNC e Birdlife, conseguiram mobilizar fundos consideráveis para essa ideia**, provenientes de agências e instituições doadoras europeias. O banco de desenvolvimento alemão KfW, por exemplo, investiu pelo menos 15,6 milhões de euros em três CREs até 2016. (4)

O modelo privado de “restauração” funcionou?

Desde que o modelo de CREs foi criado, em 2004, **o desmatamento aumentou ainda mais na Indonésia**, em termos de perda de florestas primárias e de cobertura total de árvores. (5) Por que o modelo não conseguiu reverter essa tendência constante à destruição?

Em primeiro lugar, a área total coberta pelas CREs é insignificante se comparada com a área de “florestas produtivas” do país, estimada em 69 milhões de hectares até 2015. Isso significa que as 15 licenças de CRE concedidas, totalizando 573.455 hectares, abrangem apenas uma parcela minúscula, de 0,8%, da área total dessas “florestas produtivas”. Mesmo se tivesse sido atingida, a meta do governo, de mais 1,7 milhão de hectares para CREs, ainda cobriria apenas 3,2% dessa área total. (6)

Mas uma questão fundamental permanece: as CREs existentes conseguiram reverter a destruição florestal em suas áreas de concessão? A documentação disponível aponta na direção oposta. Por exemplo, o Projeto Harapan Rainforest foi palco de extração ilegal de madeira, uma causa direta de degradação da floresta e desmatamento, enquanto também ocorreu conversão em grande escala de florestas em plantações de dendezeiros. Além

disso, houve disputas de terras intensas e não resolvidas com comunidades por acesso e controle sobre partes da área de concessão. (7)

Em 2018, incêndios florestais destruíram 16.000 km² do Parque Nacional de Bukit Tigapuluh, no oeste de Sumatra. É a mesma região onde, desde 2015, a PT Alam Bukit Tigapuluh (ABT), empresa criada pela ONG WWF em parceria com a Frankfurter Zoological Society (FZS) da Alemanha, administra uma CRE. A destruição das florestas causada pelos incêndios teria motivado a peculiar decisão tomada pelo Ministério do Meio Ambiente e Silvicultura da Indonésia em 2019, de encerrar sua parceria de conservação florestal com o WWF, três anos antes de ela expirar. Segundo um porta-voz do governo, “o WWF Indonésia tem uma concessão, ela foi queimada e eles não conseguiram administrá-la”. A concessionária ABT, por sua vez, disse que os incêndios provavelmente foram causados por pessoas que invadiram ilegalmente a área e a limpavam com queimadas. (8)

Em 2019, incêndios florestais afetaram a CRE do Projeto de Restauração e Conservação de Turfeiras de Katingan, no centro de Kalimantan, criado em 2013 pelas ONGs de conservação Wetlands International e Puter Indonesia Foundation, junto com a desenvolvedora de projetos britânica Permian Global. A CRE é administrada pela empresa PT Rimba Makmur Utama, e perdeu pelo menos 2.000 hectares de florestas devido aos incêndios. Portanto, também perdeu os créditos de carbono que estão sendo comprados pela transnacional de petróleo Shell, que acabaram sendo transformados em ar quente. A Shell compra créditos de poluição desse projeto, argumentando que eles “compensam” suas emissões de carbono. Nessa área de projeto de CRE, também foram relatados conflitos pela terra e seu uso com comunidades indígenas dayaks. (9)

Quem se beneficia dessas concessões de “restauração”?

As CREs seguem uma lógica semelhante às Parcerias Público-Privadas (PPPs) promovidas pelo Banco Mundial, pois são convênios de longo prazo em que se usa dinheiro público para financiar uma empresa privada que supostamente poderia proporcionar resultados melhores do que o Estado, nesse caso, para atividades de restauração de ecossistemas. As ONGs de conservação por trás das CREs reclamaram das “opções limitadas de geração de renda” e dos “altos custos”, e exigiram mais apoio e incentivos do Estado. (10) Somente a venda de “créditos” de carbono se destaca como opção lucrativa, o que explica por que 10 das 15 CREs que existiam em 2016 venderam “créditos” de carbono e por que **esse modelo vem sendo chamado de “REDD indonésio”** desde que o governo, ao contrário do que aconteceu em outros países com florestas tropicais, fechou sua agência de REDD+ em 2015.

Enquanto isso, os exemplos mencionados mostram que continua ocorrendo destruição florestal dentro das CREs, tornando, no mínimo, questionável o impacto real desses projetos na reversão da destruição das florestas. Inquestionável, porém, são os milhões de dólares das agências de ajuda ao desenvolvimento, principalmente europeias, entrando nas contas bancárias das grandes ONGs que **criam e são donas das chamadas empresas de conservação**. Não se encontra nenhum registro público de como os milhões de dólares foram gastos até agora nem de quanto as verbas beneficiaram os acionistas das empresas de CREs. Essas são algumas das perguntas não respondidas em torno de um processo em que as chamadas ONGs conservacionistas se transformam em uma indústria da conservação com fins lucrativos.

O contexto mais amplo: maior pressão sobre florestas e comunidades

Dezesseis anos após seu lançamento, o modelo de Concessão para a Restauração de Ecossistemas ainda está funcionando. Além disso, a “restauração florestal” se tornou a palavra de ordem em espaços internacionais onde se discutem políticas florestais, como parte essencial da mais nova tendência, as Soluções Baseadas na Natureza (SBN), que recebeu muito destaque durante a última conferência climática da ONU em Madri, em 2019, e é considerada o “novo REDD+”.

As CREs se encaixam perfeitamente no novo conceito de Soluções Baseadas na Natureza, em função do comércio de créditos de carbono que a maioria delas já pratica. Peter Ellis, da The Nature Conservancy (TNC) – uma das principais ONGs de conservação envolvidas nas CREs na Indonésia – sugeriu que também se poderiam alcançar reduções nas emissões de carbono melhorando a “extração de madeira de impacto reduzido”. (11) Isso se enquadra no objetivo maior das CREs: **reiniciar as atividades de exploração madeireira quando a “restauração” estiver concluída.** Porém, experiências que as grandes ONGs de conservação e o Banco Mundial consideram “histórias de sucesso da economia verde” na floresta tropical – por exemplo, de comunidades do estado brasileiro do Acre, na Amazônia – mostram como a chamada extração sustentável de madeira contribuiu apenas para mais degradação florestal, desmatamento e exploração. (12)

O Projeto Harapan Rainforest, uma estrada que visa conectar várias grandes minas de carvão no sul de Sumatra ao rio Bayung Lencir, na província de Jambi, está planejado para atravessar a CRE. Embora o Ministério das Florestas o tenha interrompido em sua primeira tentativa de construir a estrada em 2013, o projeto foi apresentado novamente ao Ministério em 2017. (13) Com o apoio do governo local, as chances de aprovação aumentaram, mas nenhuma decisão final foi tomada. (14)

Outra pressão sobre as florestas da Indonésia é o novo impulso para a transição à chamada economia de “baixo carbono”, baseada em “energia verde” ou “limpa”, fortemente promovida pela União Europeia como parte do chamado Acordo Verde Europeu. Energia verde – ou limpa – e baixo carbono parecem coisas boas, mas, na prática, significam um nível “alto” de destruição florestal para mineração, principalmente de cobalto e níquel, minerais essenciais para atender ao aumento exponencial da demanda esperada por transporte elétrico. A Indonésia possui depósitos imensos desses minerais em Kalimantan, Molucas e Papua. A “energia limpa” também inclui o impulso destrutivo dos agrocombustíveis, como plantações de cana-de-açúcar, barragens hidrelétricas e energia geotérmica, fortemente promovido pelo governo indonésio como parte de sua própria política econômica de “baixo carbono”. (15) A nova legislação foi aprovada em 2014, com a ajuda do Banco Mundial, que não considera a mineração geotérmica como atividade de mineração e, portanto, não a vê como uma atividade prejudicial, apesar de seus impactos negativos e do fato de a maioria das áreas de extração estar dentro de áreas florestais.

Considerações finais

Tanto o impulso mais recente pela “energia verde” quanto o aumento das Concessões para Restauração de Ecossistemas que acontece desde 2004 tem uma forte presença na Europa. Enquanto, em 2004, as agências oficiais europeias de ajuda ao desenvolvimento apoiaram as CREs como uma oportunidade para os poluidores europeus “compensarem” suas emissões enquanto os governos europeus podiam mostrar preocupação com a

necessidade de “conservação”, hoje em dia a **União Europeia vê a Indonésia como uma importante fornecedora de minerais estratégicos para sua transição à chamada “energia verde”**. A destruição florestal e social causada pela corrida aos minerais em função da transição da Europa à energia verde se tornará cada vez mais evidente, e isso, além da destruição “normal” que os investimentos europeus continuam causando, faz com que as CREs continuem sendo uma ferramenta útil para “compensar”, enquanto permite mostrar uma suposta preocupação com a “conservação”.

Tudo isso não significa apenas um aumento da pressão sobre as florestas indonésias como resultado de “restauração florestal”, “compensação”, “economia verde” e a conhecida destruição causada pela indústria extrativa e de plantações. **Esses diferentes projetos implementados de cima para baixo e seus planos de expansão disputam cada vez mais os mesmos espaços**, como mostra o caso da estrada para transporte de carvão que atravessa a CRE do Projeto Harapan Rainforest. As CREs e outras iniciativas de restauração e conservação na Indonésia tendem a expandir suas áreas, aproveitando os novos projetos das Soluções Baseadas na Natureza e as novas opções de financiamento que aparecem. (16) No final das contas, os agentes com poder para conduzir esse processo de dividir e redistribuir as terras procurarão manter uma imagem de responsabilidade social. Algumas comunidades, se não forem expulsas, poderão permanecer, mas também poderão encontrar extração de petróleo, concessões para restauração, energia geotérmica e outros projetos corporativos em seus territórios. E o pior: com uma licença perfeitamente legal para estar lá.

Insistir em mecanismos de mercado em projetos chamados de conservação e restauração florestais, como CREs e outras iniciativas similares de “restauração” na Indonésia, significa continuar responsabilizando as comunidades pela destruição das florestas, criando mais restrições ao seu uso e promovendo mais cooptação, divisão e conflitos entre e com as comunidades. É o que mostra a experiência indonésia com as CREs, e é muito semelhante às experiências com o REDD+ em outros lugares (17) – um quadro extremamente complicado para as comunidades locais. A reflexão coletiva e a construção cuidadosa de alianças estabelecidas a partir da base, para construir uma resistência mais forte no combate a esse processo destrutivo imposto de cima para baixo, parecem tarefas urgentes e extremamente importantes.

Winnie Overbeek, winnie@wrm.org.uy
Membro do secretariado internacional do WRM

(1) Reiner Buergin (2016). Ecosystem Restoration Concessions in Indonesia: Conflicts and Discourses, *Critical Asian Studies*, 48:2, 278-301, DOI: 10.1080/14672715.2016.1164017
https://www.researchgate.net/publication/301625469_Ecosystem_Restoration_Concessions_in_Indonesia_Conflicts_and_Discourses

(2) Em 2014, o Ministério do Meio Ambiente da Indonésia se fundiu com o Ministério das Florestas, dando origem ao Ministério do Meio Ambiente e Silvicultura.

(3) Ecosystem Restoration Concessions. A second lease of life for Indonesia's embattled forests? 2016, http://www.forestlivelihoods.org/wp-content/uploads/2016/12/Harrison_Rhett_P.pdf

(4) Buergin, R., Ecosystem Restoration Concession in Indonesia: Conflicts and Discourses, abril de 2016, Research Gate,
https://www.researchgate.net/publication/301625469_Ecosystem_Restoration_Concessions_in_Indonesia_Conflicts_and_Discourses

(5) Mongabay, Deforestation statistics for Indonesia,
<https://rainforests.mongabay.com/deforestation/archive/Indonesia.htm>

(6) Buergin, R., Ecosystem Restoration Concessions and German Development Cooperation, 2017, *Advances in Environmental Research*

https://www.academia.edu/33919093/Ecosystem_Restoration_Concessions_and_German_Development_Cooperation

(7) REDD-Monitor, Questions for the Harapan Rainforest Project: Land conflicts, deforestation, funding, and the proposed construction of a coal transportation road, maio de 2019, <https://redd-monitor.org/2019/05/02/questions-for-the-harapan-rainforest-project-land-conflicts-deforestation-funding-and-the-proposed-construction-of-a-coal-transportation-road/>

(8) Mongabay, Indonesian Environment Ministry ends WWF partnership amid public spat, janeiro de 2020, <https://news.mongabay.com/2020/01/indonesia-environment-ministry-klhk-wwf-partnership-forest-conservation/>

(9) Boletim 248 do WRM, Dirigir um automóvel sendo “neutro em carbono”: o projeto de restauração e conservação da Shell na Indonésia, março de 2020, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/dirigir-um-automovel-sendo-neutro-em-carbono-o-projeto-de-restauracao-e-conservacao-da-shell-na-indonesia/>

(10) Ecosystem Restoration Concessions. A second lease of life for Indonesia's embattled forests? 2016, http://www.forestlivelelihoods.org/wp-content/uploads/2016/12/Harrison_Rhett_P.pdf

(11) Boletim 247 do WRM, Um novo nome para um antigo desvio: as Soluções Baseadas na Natureza são o novo REDD, janeiro de 2020, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/um-novo-nome-para-um-antigo-desvio-as-solucoes-baseadas-na-natureza-sao-o-novo-redd/>

(12) Boletim 197 do WRM, Brasil: Vozes de comunidades no Acre alertam sobre as violações envolvidas no Manejo Florestal Sustentável Comunitário, 2013, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-vozes-de-comunidades-no-acre-alertam-sobre-as-violacoes-envolvidas-no-manejo-florestal-sustentavel-comunitario/> e Boletim 183 do WRM, Brasil: a continuada destruição das florestas e da biodiversidade no estado de Acre, considerado modelo de “Economia Verde” na Amazônia brasileira, 2012, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/brasil-a-continuada-destruicao-das-florestas-e-da-biodiversidade-no-estado-de-acre-considerado-modelo-de-economia-verde-na-amazonia-brasileira/>

(13) REDD-Monitor, Questions for the Harapan Rainforest Project: Land conflicts, deforestation, funding, and the proposed construction of a coal transportation road, maio de 2019, <https://redd-monitor.org/2019/05/02/questions-for-the-harapan-rainforest-project-land-conflicts-deforestation-funding-and-the-proposed-construction-of-a-coal-transportation-road/>

(14) Mongabay, A forest beset by oil palms, logging, now contends with a coal-trucking road, maio de 2019, <https://news.mongabay.com/2019/05/a-forest-beset-by-oil-palms-logging-now-contentends-with-a-coal-trucking-road/>

(15) Boletim 244 do WRM, Indonésia: a verdade sombria por trás da energia geotérmica: uma enganosa narrativa sobre “energia limpa”, julho de 2019, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-a-verdade-sombria-por-tras-da-energia-geotermica-uma-enganosa-narrativa-sobre-energia-limpa/>

(16) Referência à aprovação, anunciada em 2019, de 1 bilhão de dólares da Noruega para ações voltadas à redução do desmatamento e da degradação florestal na Indonésia; veja: Mongabay, Indonesia to get first payment from Norway under 1 billion dollars REDD scheme, fevereiro de 2019, <https://news.mongabay.com/2019/02/indonesia-to-get-first-payment-from-norway-under-1b-redd-scheme/>

(17) WRM, REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras, 2014, _

<https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>

Brasil: empresa de plantações Suzano maquia seus impactos devastadores com afirmações de que faz “conservação”



Houve um tempo em que a Mata Atlântica, um dos biomas de maior biodiversidade, estendia-se ao longo da costa do Brasil e cobria partes do Paraguai, do Uruguai e da Argentina, coexistindo por gerações com povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Hoje em dia, sobrevive principalmente em pequenas áreas isoladas e em Áreas Protegidas, gerenciadas em grande parte por empresas privadas. (1) O chamado corredor central da Mata Atlântica está localizado nos estados do sudeste da Bahia e no Espírito Santo.

Esses estados também abrigam centenas de milhares de hectares de plantações de eucalipto, principalmente da empresa de papel e celulose Suzano S.A. Em 2019, a Suzano Papel e Celulose S.A. e a Fibria Celulose se fundiram para formar a maior produtora mundial de celulose de fibra curta de eucalipto, a Suzano S.A., com fábricas de celulose e papel, e usinas de energia, todas no Brasil. Também é dona da empresa de biotecnologia Futura Gene, a primeira a obter uma licença comercial para uma variedade de eucalipto geneticamente modificado (GE) no Brasil. Essa escala de produção resultou em mais de um milhão de hectares de plantações de eucalipto e é uma das principais ameaças ao que resta da Mata Atlântica.

Uma das principais táticas usadas pelas empresas de celulose e papel para continuar expandindo suas plantações e negócios é se vender como empresas “verdes”. A Suzano diz ser uma “referência global no uso sustentável de recursos naturais”. (2) A empresa também afirma que as áreas de conservação e restauração que criou “são intercaladas com plantações de eucalipto para produzir mosaicos florestais que ajudam a manter o equilíbrio do ecossistema”. Como resultado, o Programa de Restauração, iniciado em 2009, afirma a empresa, “promove a sustentabilidade através da restauração do capital natural e dos serviços ecossistêmicos inerentes”. (3)

Essas declarações ocultam outra agenda da empresa, voltada a fazer lavagem verde de suas operações, legitimando sua expansão e se posicionando como “parte da solução” e

não do problema. Para a Suzano, as florestas representam capital natural que pode gerar mais lucros para ela própria. Previsivelmente, a empresa também mantém parcerias com ONGs conservacionistas como WWF, The Nature Conservancy and Conservation International (4). No entanto, é claro que a propaganda da empresa deseja impedir a divulgação dos impactos graves e bem documentados que Fibria e Suzano – e agora, a Suzano S.A. – continuam causando às florestas e aos espaços de vida das quais as comunidades locais dependem. (5)

Também é preciso observar que a maioria das áreas reservadas para conservação dentro das concessões das empresas é obrigatória de acordo com a lei brasileira, que exige que 20% de todas as propriedades rurais dentro da área do bioma Mata Atlântica sejam mantidas como áreas de reserva legal. Além disso, os fundos que essas empresas gastam em Áreas Protegidas ou em atividades de conservação podem ser destinados ou não a este fim, de acordo com os termos da empresa. O portal de notícias Mongabay relatou que, quando a Suzano estava renovando sua licença de uma área de mais de 22.000 hectares de eucalipto em torno das Áreas Protegidas de Córrego Grande e Rio Preto, ela a fez, desmembrando as 22.000 hectares em muitas pequenas propriedades para evitar o pagamento de qualquer “compensação ambiental”, que normalmente empresas devem pagar às Áreas Protegidas uma vez que plantar eucalipto em larga escala é uma iniciativa com alto impacto ambiental. (6) Embora a Suzano afirme estar “protegendo” mais do que a lei brasileira exige, essas manchas “verdes” são altamente fragmentadas e cercadas de monoculturas, e quanto mais fragmentada for uma floresta, mais ela se torna ameaçada e suscetível a incêndios.

Outra questão importante a destacar é o comércio de Títulos Verdes da Suzano nas bolsas de valores, para arrecadar dinheiro e *investir* nessas atividades de “conservação”. A Suzano é a empresa que mais emite Títulos Verdes no Brasil. Segundo a empresa, os milhões de dólares captados foram alocados a investimentos em “projetos que gerem ganhos ambientais e financeiros em *nossas operações florestais e industriais*” (itálico nosso). (8)

Nesse contexto, o WRM conversou com Ivonete Gonçalves, pesquisadora e ativista brasileira de longa data, para refletir sobre as supostas atividades de conservação da Suzano. Devido a limitações de espaço, apresentamos um resumo de suas respostas, mas elas podem ser lidas na íntegra [aqui](#).

WRM: Com base na sua experiência, por que você acha que Suzano está tão “preocupada” com a conservação e a biodiversidade?

Ivonete: As empresas de celulose e papel sempre fizeram afirmações que não correspondem com a realidade. Vejo isso há quase trinta anos, mas o movimento histórico mostra que essa estratégia é gestada pelo modo de produção capitalista. Portanto, não é uma estratégia nova; sempre atuaram com notícias desconectadas da realidade. São peritos em maquiagem, e quando a empresa recebe aplausos por alegar que “tem mais florestas do que plantações”, são factoides, construídos com o objetivo claro de criar um clima favorável, em tempos de reflexões profundas a respeito de substituição de florestas nativas por plantações de commodities e as consequências dessa atitude, para a humanidade.

É necessário que a Suzano diga de qual público a empresa está falando. Trata-se, certamente, dos acionistas e diretores, porque a comunidade regional já conhece a atuação delas, pois estão aqui há muito tempo. Não é possível, para uma empresa desse porte, se

preocupar com conservação ou biodiversidade. Basta olhar o histórico desta empresa que avançou com suas plantações, causando desmatamento, para que essa conversa caia no descrédito.

E, hoje, diante de tantas modificações de genes, não sabemos exatamente de qual espécie [do eucalipto] estamos tratando. E a destruição continua. Por exemplo, se levarmos em conta a quantidade de água do solo que é sugada diuturnamente por cada árvore, ou cerca de 1.500 árvores em cada hectare, num total de mais de um milhão de hectares com árvores de eucalipto. Soma-se a isso cerca de 80 metros cúbicos de água por minuto para abastecer cada uma das duas fábricas na região. E, ainda, acrescenta-se aqui, os diversos venenos que são utilizados sem tréguas, em cada fase da plantação, para os diversos usos e modalidades e que são jogados sem tréguas, manualmente ou de avião. Ainda, ressalta-se o empobrecimento do solo. Visto que “toda a vida em nosso planeta depende de um solo vivo: a água dos rios e poços, a vegetação, a saúde humana, os alimentos e mesmo o clima. A erosão, as enchentes e as desertificações tão frequentes hoje em dia são consequências de solos mortos” (8). E, somados a tantas maldades que as empresas como a Suzano promovem, acrescenta-se aqui as comunidades do campo, oprimidas pelo eucaliptal, que não conseguem plantar alimentos saudáveis, pois são periodicamente banhadas por venenos oriundos das plantações de mercadorias. Pois, as árvores de papel se alimentam ferozmente de venenos.

Portanto, conceitos como “conservação, biodiversidade” foram distorcidos a ponto de não ser reconhecidos pelas pessoas que vivem no entorno ou por qualquer pessoa sensata que conheça a região profundamente.

WRM: Na sua opinião, como uma empresa cujo negócio foi e ainda é uma causa direta do desmatamento em grande escala pode afirmar tão tranquilamente ser “líder em sustentabilidade”?

Ivonete: A construção de conceitos para manipular uma ideologia de sustentabilidade só existe nos textos das empresas e de seus aliados. E, são construções, que visam amenizar, perante determinados públicos, a crueldade das atuações de empresas como a Suzano. Essa crueldade perpassa por diversos momentos, a começar pela destruição da Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais diversos do planeta!

E, já que trata-se aqui de uma opinião, vou trazer algumas reflexões, que penso ser pertinentes para esse momento histórico. Diante dessa grande crise mundial pelo vírus Covid-19, refletir em busca de novos rumos, creio ser importante. Apresento-me aqui como viajante desse tempo, diante desse passado-presente de expropriação da terra e das pessoas; de uma realidade de injustiça ambiental, onde também estou inserida e vivo as consequências nefastas do projeto Suzano e Stora Enso. Aproveitei o retiro forçado pela natureza para pensar e sonhar com uma consciência local em direção ao global, mas sem intenção de esgotar o assunto ou imprimir como única verdade. Mas é algo que acredito ser saudável para o Sul e para o Norte, pois, verifica-se, com a situação global, trazida pelo Covid 19, que estamos todos e todas vulneráveis, e que a economia capitalista não “salva” ninguém. E a natureza ensinou-me, nestes anos de pesquisa e vivência no entorno das plantações de eucalipto e outras monoculturas, que “praga” não existe. O que existe é o desequilíbrio do ecossistema. À medida que vamos trocando a diversidade por (mono)culturas, com todo um pacote de insumos sintéticos, espalhadas pelo globo, vamos desequilibrando o ecossistema global, e os patógenos se transformam. Ficam mais fortes e

atacam as plantas e os animais, inclusive os humanos. E, com a experiência em projetos de Agroecologia, percebi que, neste sistema, todos os seres integram-se naturalmente, sem causar danos, e o ecossistema se equilibra e fornece vida, vida em abundância e para todos os seres.

O projeto de sociedade baseado em monoculturas é excludente e promove a desigualdade social intensa, que se traduz em necessidades básicas, como comida e água para a maioria. É preciso incluir um espaço de divulgação de experiências globais nesta direção para fomentar a esperança das minorias, do campo e da cidade. Penso que já passou da hora de que empresas como Suzano, Stora Enso e outras, com seus vastos currículos de expropriação da natureza e do homem, devolvam o protagonismo a quem de direito, que são as pessoas e os territórios.

WRM: Qual é a estratégia da Suzano? O que essa empresa entende por “conservação”?

Ivonete: A Suzano alega que quase 40% de suas áreas são utilizadas para conservação.

Mas é fácil mostrar que essa informação é falsa. Basta dar uma volta para verificar, pela quantidade de plantação de árvores, entendida aqui como plantação de commodities, enfileiradas ao longo das rodovias e comunidades, e olhar a quantidade de Mata Atlântica visível. Ou através de imagens de geoprocessamento. Mesmo considerando os três Parques Nacionais de Conservação da Mata Atlântica, não chega ao percentual que a empresa propaga. Os três Parques, juntos, não chegam a 100 mil hectares. O Parque Nacional Pau Brasil tem 19 mil hectares, o Parque Nacional Monte Pascoal, 22.383 hectares e Parque Nacional do Descobrimento, 21.213. Ou seja, juntos, somam 62.596 hectares de Mata Nativa, enquanto a empresa Suzano e Stora Enso, juntas, na mesma região dos Parques, o Extremo Sul da Bahia, possuem mais de um milhão de hectares de eucaliptos plantados.

A invasão de grande parte do território por Suzano e Stora Enso fomenta os conflitos, e os conflitos estão na raiz da formação do complexo de plantações de árvores nesta região. São inúmeros conflitos decorrentes de disputas fundiárias que envolvem os povos nativos, quilombolas e pequenos agricultores sem terra. Forte lobby é mantido no sentido de reprimir qualquer iniciativa de busca de direitos. A repressão é feita através de aparelhos de Estado, como a polícia ou os tribunais de Justiça. Qualquer iniciativa de defesa dos territórios por conta das comunidades é reprimida e lideranças são perseguidas. Essa estratégia, hoje, se fortalece com a política de extrema direita instalada no País.

WRM: A situação melhorou desde que os supostos programas de conservação da empresa começaram a ser difundidos?

Ivonete: Nenhuma melhora é percebida pelos atores fortemente atingidos ou mesmo por qualquer visitante mais atento. Nestes tempos de crise, a situação está mais tensa. As poucas Políticas Públicas para a população atingida pelo projeto de plantação de eucalipto foram totalmente destruídas. Os pequenos agricultores não contam mais com apoio e fortalecimento institucionais. O que minimiza o problema são as iniciativas geradas pelos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, fundamentalmente o MST (Movimento Sem Terra), que conta com diversos assentamentos e tem trabalhado incansavelmente em produzir alimentos. E alimentos saudáveis, agroecológicos, sem

veneno. O MST também está com um plano Nacional para recuperar áreas degradadas e, na Bahia, o objetivo é plantar um milhão de plantas diversificadas, no sistema Agroecológico.

- (1) Mongabay, Brazilian state invites private companies to run Atlantic Forest parks, 2016, <https://news.mongabay.com/2016/12/brazilian-state-invites-private-companies-to-run-atlantic-forest-parks/>
- (2) Suzano, Sobre Nosotros, <https://ve.linkedin.com/company/suzano>
- (3) UN SDG Partnership, How Suzano's Restoration Program transforms degraded, pastureland into regenerative, native Brazilian vegetation, <https://sustainabledevelopment.un.org/partnership/?p=30660>
- (4) Suzano Papel e Celulose, Green Bonds Annual Report, 2017, http://ir.suzano.com.br/fck_temp/16_32/file/Suzano_Green_Bonds_Relat%C3%B3rio%20Anual%202017%20-%20EN.pdf
- (5) Veja informações sobre os impactos da Fibria em <https://wrm.org.uy/pt/?s=fibria>; e da Suzano, em: <https://wrm.org.uy/pt/?s=suzano>.
- (6) Mongabay, In Brazil's Atlantic Forest, conservation efforts drown in a sea of eucalyptus, 2017, <https://news.mongabay.com/2017/04/in-brazils-atlantic-forest-conservation-efforts-drown-in-a-sea-of-eucalyptus/>
- (7) Idem (4)
- (8) PRIMAVESI, Ana. "MANUAL DO SOLO VIVO". 2016. 2ª Edição revisada. Expressão Popular. São Paulo. 2016.

Patriarcados nas florestas da Índia: comunidades em perigo



Ilustração: MAKAM

A história dos conflitos de terra nas áreas da Índia com florestas está invariavelmente vinculada à imposição do domínio colonial do Império Britânico sobre essas florestas, como territórios a ser capturados para seus próprios usos comerciais. **As políticas atuais da Índia para suas florestas são resultado desses governantes coloniais e de suas prioridades.** Na década de 1980, o Departamento de Florestas e Meio Ambiente introduziu várias medidas para descentralizar a governança florestal e superar o legado de governança autocrática. (1) Contudo, as evidências indicam, em grande parte, um controle autoritário e um manejo tecnocientífico e burocrático por parte desse Departamento, com perigo para as comunidades que convivem com suas florestas.

Essas políticas entram em contradição com os legados culturais das comunidades que dependem das florestas, que administram sua vida cotidiana em harmonia com o ritmo do viver ecológico. Após a independência, os *Adivasis*, como são chamados os habitantes tradicionais das florestas da Índia, foram classificados como “Tribos Reconhecidas” e receberam status especial por meio de uma emenda constitucional. Com controle de fato sobre suas terras e tendo desenvolvido métodos apropriados de cultivo, cuja pegada ecológica é mínima – por exemplo, os sistemas de agricultura itinerante conhecidos como “*nevad*”, em Madhya Pradesh, “*valra*” no sul do Rajastão, ou “*podu*” em Andhra Pradesh – eles “veneraram sua terra e criaram seus filhos em sua abundância”. (2) **Aos poucos, as intervenções estatais e a forte presença do Departamento Florestal foram corroendo esses sistemas.** Agora, o Estado passa a considerar mais apropriado sancionar essas práticas com base em crimes insignificantes supostamente perpetrados por *Adivasis* ou moradores da floresta, apesar de eles serem os guardiões dessa floresta.

As experiências das mulheres com as mudanças na propriedade, nas relações e nas práticas das florestas

Minha pesquisa no oeste da Índia, no sul do Rajastão, revela que, há séculos, as mulheres cumprem um papel central na conservação das florestas e dependem delas para suas necessidades de subsistência. Com muita frequência, porém, a narrativa colonial domina a forma como se dá do manejo florestal. Há pouca referência às interdependências entre comunidades para reivindicar espaços e viver em ambientes variados, com as culturas de suas respectivas civilizações. **A partir dessa perspectiva baseada em interdependências, e não de uma visão cronológica linear colonial e orientada para o crescimento, (3) pode-se entender as práticas de manejo e conservação das comunidades florestais.** Como portadoras de conhecimento, essas comunidades atribuem um sentido sagrado e simbólico aos recursos vitais em seus meios de subsistência e suas práticas de vida. Elas são coletoras e manejadoras de rebanhos, que praticavam a agricultura itinerante enquanto procuravam comida e ervas nas florestas.

E dentro dessas interdependências estão as histórias das mulheres. Suas vidas e seus papéis na conservação e na proteção são visíveis quando elas patrulham as florestas e punem quem descumpra normas de proteção e regeneração coletivamente acordadas, como rotação e cercamento. Os ritmos e a cultura de suas práticas estão embutidos no relacionamento cultivado com essas regiões ao longo de gerações, com as mulheres como porta-bandeiras desse sistema de relações e de conhecimento, em função de suas práticas e seus rituais de vida.

No entanto, esses papéis das mulheres raramente têm reconhecimento formal, mesmo nas estruturas tradicionais de governança, em função das suas estruturas patriarcais de tomada de decisão em todas as regiões centrais da Índia. (4)

Em todo o país, o Departamento Florestal e seus funcionários continuam reivindicando amplamente as florestas como seu território e impondo sua autoridade por meio da Lei de Conservação Florestal e de legislações complementares, especialmente em regiões designadas como florestas reservadas ou protegidas. **Conceitos de território e fronteiras, extraídos de discursos masculinistas de conquista e captura, de cercamentos e “divisões”, predominam com o objetivo de impor barreiras espaciais administrativas a um contínuo ecológico que era a floresta.**

Através do uso de patriarcados institucionais, o Departamento Florestal atribuiu a si o papel de julgar a suposta violação das regras nas florestas. Assim, continua punindo e criminalizando os habitantes da floresta por atos de “invasão” ou responsabilizando as comunidades pela destruição das florestas e adotando atos agressivos de despejo. Os conflitos têm raiz na lacuna entre a propriedade formalmente reconhecida e a terra mantida e manejada de forma consuetudinária, e leva à apropriação de terras por pessoas de fora e à degradação ambiental. (5) A tendência a impor regimes de propriedade privada sobre antigos bens comuns aumentou não apenas a percepção do eu como outro, mas também o risco de as comunidades sofrerem com pobreza, saúde precária e abusos aos direitos humanos, além de tornar inseguros os direitos de posse dentro das estruturas jurídicas construídas de forma patriarcal, aceitáveis para o governo.

A violência e os processos de exploração vivenciados pelas mulheres parecem uma metáfora do afastamento em relação às formas pelas quais as comunidades sabem viver e estar em suas sociedades que se baseiam na floresta. Embora as sociedades adivasis não estivessem livres da violência e da marca dos patriarcados, as mulheres eram reconhecidas como mantenedoras dessas sociedades e dos meios sociais necessários para enfrentar os problemas sociais que as atingiam, à medida que surgiam. No entanto, com o passar das décadas, **o patriarcado aprofundou suas incursões em terras florestais, através de meios mercadológicos típicos dos regimes de propriedade privada e da percepção das mulheres como secundárias.**

Mais explicitamente, a presença masculina do Estado nas florestas tem se dado na forma de um aparato de segurança que visa combater o que esse mesmo Estado chama de “extremismo de esquerda”, bem como ativistas de direitos humanos e pesquisadores. É de conhecimento geral que os sistemas de governança florestal são altamente falhos, com grandes extensões de terra estéril sendo rotuladas como florestas e vice-versa. As poucas terras disponíveis para as comunidades, os problemas da migração como resultado de expulsão induzida pelo desenvolvimento e da crescente incidência de violência nas áreas florestais são motivados pelas ambiguidades na implementação de leis que costumam ser criadas para servir às manipulações dos atores do mercado e do Estado autoritário. Nesse redemoinho, com suas lutas cotidianas, **as mulheres são as mais expostas à ira dos guardas florestais locais.** Ao proteger as suas florestas, elas também protegem aquelas que as máfias florestais desejam obter para sua pilhagem, enquanto resistem à tomada de florestas por parte do Estado para alocá-las a seus interesses comerciais, como ocorreu na região de Hasdeo, em Chattisgarh, ou na região de Talabira, em Odisha. (6) Essas terras comuns, que têm sido fonte de sustento e legado como espaços compartilhados e sagrados, agora são reivindicados pelas comunidades, que resistem aos desvios e têm pouca oportunidade de manejar, pois o Departamento Florestal e os Conservacionistas tradicionais descartam e ridicularizam as sabedorias dessas comunidades e querem “proteger” as florestas de quem realmente as guardou e protegeu, e coexistiu com elas!

Negociando a Lei de Direitos Florestais (FRA)

A Lei de Direitos Florestais (*Forest Rights Act*, FRA) foi proposta como forma de enfrentar a “injustiça histórica” em relação aos *Adivasis* e reconhece direitos à floresta de comunidades e indivíduos. Os movimentos e as pessoas, que se uniram sob a bandeira da Campanha pela Sobrevivência e Dignidade (CSD) para propor e pressionar pela promulgação dessa Lei, concentraram-se principalmente na proteção das florestas comunitárias. Seus

argumentos derivavam da sabedoria intuitiva do modo de vida adivasi, e não de uma posição de gênero (na verdade, o autor foi alvo da ira dos líderes de movimentos que negavam as preocupações de gênero e rejeitavam explicitamente posicionamentos desse tipo como sendo oportunismo em relação ao debate internacional sobre o desenvolvimento). A inclusão de mulheres como coparticipantes foi uma questão que “entrou silenciosamente na pauta, sem muita resistência, já que as mulheres fazem parte da sociedade, e elas precisam de reconhecimento por seus papéis”, como reconheceu em 2017 um dos principais membros da CSD, em uma reunião da MAKAAAM, que busca o reconhecimento e os direitos das agricultoras na Índia.

Porém, na implementação da Lei, o foco predominante passou para a reivindicação de direitos individuais de propriedade, sob influência da visão dominante das sociedades patriarcais e impulsionado pelos esforços de ONGs e da sociedade civil, à medida que os liberais progressistas buscavam implementar a FRA efetivamente, no âmbito de um “marco de direitos”. (7) Portanto, o reconhecimento de reivindicações em nome de indivíduos se tornou a questão principal, e a prioridade de gênero passou a ser o registro de nomes de mulheres como cotitulares. Na ânsia de garantir a implementação da Lei, **um regime persistente, proletário, privado e esmagador obrigou as comunidades Adivasis a nadar nas marés da propriedade privada**. Somente com a adoção da FRA, em 2006, é que as sociedades tribais começaram a incluir mulheres na posse de terras por meio de reivindicações dentro dessa lei, embora várias sociedades tenham adotado essas normas patriarcais de registro de propriedades privadas muito antes.

As disposições da Lei para representação nos órgãos de decisão também levaram à inclusão de mulheres nos Comitês de Direitos à Floresta mas continua a haver resistência à participação ativa delas nos fóruns tradicionais de decisão, descumprindo as disposições da FRA 2006. Também há tentativas de ocultar as separações entre Comitê de Manejo Florestal Conjunto e os Comitês de Direitos à Floresta, e de reconhecer o primeiro segundo a FRA, descumprindo as disposições da lei. Do ponto de vista da governança democrática, as mulheres perceberam que é importante resistir a isso, pois a FRA é uma lei e deve prevalecer, mas os incentivos financeiros convencem as pessoas a fazer falsas promessas de benefícios para continuar permitindo que prevaleça o Manejo Florestal Conjunto. Como os Comitês de Manejo Florestal Conjunto estão recebendo grandes dotações em dinheiro dos recursos da Lei do Fundo de Florestamento Compensatório, (8) fica difícil recusar ou rejeitar esse Manejo. Assim, **o programa de Manejo Florestal Conjunto, introduzido como um esquema progressista em um regime burocrático autoritário para promover estratégias progressistas de governança da “silvicultura participativa” através de medidas como a representação das mulheres na liderança, continua sendo amplamente controlado pelo Departamento Florestal autoritário para solapar a Lei dos Direitos à Floresta e garantir a continuidade do controle do Departamento sobre os recursos florestais comunitários**.

A legislação recente sobre a chamada “florestamento compensatório” aprofunda essa ironia, desviando as florestas tradicionais indígenas para vários propósitos, ao mesmo tempo em que se ocupam terras em outros lugares para “compensar” o que foi desviado (leia-se: destruído). O desvio de florestas continua sendo uma estratégia para aumentar o crescimento do Estado, dando acesso a recursos minerais e liberando terras para o projeto de desenvolvimento. Embora a Lei de Direitos à Floresta estabeleça o consentimento obrigatório das comunidades afetadas, **os processos para esse consentimento são contornados ou frustrados por completo**. As mulheres enfatizaram repetidamente a

forma como essa alienação e essa expropriação geram uma fratura profunda em seus modos de vida como comunidades ecológicas, os quais as autoridades florestais geralmente rejeitam como ficção de um passado que já não existe mais.

A Política Florestal Nacional de 1988 reconheceu “a tendência a considerar as florestas como recurso gerador de receita”, e a Nova Versão disso as vê como um meio de aumentar o potencial de renda com ênfase na madeira e na produtividade. A Política Florestal Nacional falava em “criar um movimento popular de massas com o envolvimento de mulheres”, cujo “principal objetivo seria garantir estabilidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico...” e afirmava que “[a] derivação do benefício econômico direto deve ser subordinada a esse objetivo principal”. No entanto, esses objetivos foram sobrepujados pelas práticas de ganho econômico, e estão cada vez mais diluídos em uma interação minimalista e instrumentalizada com as mulheres, principalmente como mão de obra para as ações realizadas pelo Departamento de Florestas.

Em nítido contraste, as mulheres descrevem as florestas como morada, espaço de vida, recurso de subsistência, meio vital para a sustentabilidade e a manutenção de uma existência ecológica, espaço seguro. Portanto, **a conservação e o manejo dessas florestas representam um meio de sobrevivência e uma tradição cultural praticada quase que intuitivamente e com base em séculos de sabedoria herdada**. Em uma recente entrevista coletiva organizada pela MAKAAAM (um fórum de direitos das agricultoras) para fortalecer as reivindicações das mulheres por florestas, mulheres de Mandla Madhya Pradesh destacaram essa relação e falaram sobre as ricas biodiversidades que nutriam suas necessidades. Elas listaram 24 espécies de plantas medicinais não cultivadas e produtos florestais não madeireiros que lhes proporcionavam renda, além de alimento e a lenha da madeira seca que coletavam das florestas. Mais recentemente, no entanto, as florestas se tornaram espaços de medo e escassez, pois as mulheres continuam buscando alimentos, mesmo quando são perseguidas, criminalizadas e punidas por um Departamento Florestal cada vez mais controlador.

Isso alterou as relações sociais com as florestas, bem como as relações intracomunitárias, uma vez que as comunidades tribais e adivasis são influenciadas por práticas religiosas e culturais das sociedades patriarcais tradicionais e, simultaneamente, atraídas pela teia dos regimes de propriedade. O futuro dessas comunidades e suas florestas está em perigo, enquanto elas trafegam na direção do confronto com regimes que pouco respeitam seus modos de viver e conhecer, mas têm profundo interesse nas mercadorias derivadas de suas terras.

*Dra. Soma Kishore Parthasarathy, somakp@gmail.com
Mahila Kisan Adhikaar Manch, MAKAAAM (Fórum pelos Direitos das Mulheres Agricultoras),
Índia*

(1) O Esquema Conjunto de Manejo Florestal visava a participação das pessoas na silvicultura social e no florestamento.

(2) Baviskar EPW 1994, p. 2945.

(3) Skaria Studies in History, Sage pub, 1998, p. 194.

(4) O patriarcado é um sistema social no qual os homens detêm o poder fundamental e predominam em papéis de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle dos direitos de propriedade. Os ideais patriarcais funcionam como explicação e justificativa desse domínio e o atribuem às diferenças “naturais” inerentes entre homens e mulheres. Veja <https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/india-women-commons-and-patriarchy/>

(5) ILDC <https://landportal.org/book/thematic/indigenous-community-land-rights>

(6) Veja <https://www.newsclick.in/Chhattisgarh-NCL-Mine-Operated-by-Adani-Group-Faces-Roadblocks-Owing-to-Tribal-Resistance>

A mineração surgiu como um obstáculo importante ao reconhecimento dos direitos das comunidades e às áreas onde deveria haver santuários. Nandini Sunder documenta o exemplo mais notório da aldeia de Ghatbarra, em Chhattisgarh, que recebeu direitos florestais comunitários em 2013 nas florestas de Hasdeo Arand (mais de 820 hectares dos 2.300 hectares reivindicados), mas teve seu título cancelado subitamente em 2016; <http://nandinisundar.blogspot.com/2019/04/why-forest-rights-act-is-not-only.html#more>

(7) Veja, por exemplo o Boletim do WRM, Ciladas, dilemas e contradições no discurso sobre direitos nas florestas, 2017, <https://wrm.org.uy/bulletins/issue-234/>

(8) O CAF é o Fundo de Florestamento Compensatório, vulgarmente conhecido como Lei CAMPA, recentemente aprovada em 2016 pelo governo da Índia. segundo a lei, o Estado estabelece uma autoridade para receber fundos de indústrias, correspondentes à compensação pelo florestamento, “creditando o dinheiro recebido de agências que o usarão para florestamento compensatório, florestamento compensatório adicional, florestamento compensatório penal, valor atual líquido, e todos os outros valores recuperados por essas agências dentro da Lei de Conservação Florestal de 1980”. Para ler essa emenda, consulte a nota informativa em http://legislative.gov.in/sites/default/files/A2016-38_1.pdf

Panamá: outras visões sobre “fazer conservação”



Região de Ngäbe-Buglé, Panamá. Foto: Flickr / misc.mar

Muitos governos, ONGs e até empresas estão planejando aumentar o número de Áreas Protegidas em todo o mundo, com o objetivo de reduzir a perda de biodiversidade e o desmatamento. Mas a experiência nos diz que o modelo de Conservação predominante, que continua sendo adotado, não leva em consideração os Povos Indígenas ou outras comunidades que dependem das florestas como agentes fundamentais na preservação e na proteção das florestas. Pelo contrário, as Áreas Protegidas proíbem a presença humana.

Apesar das dificuldades que enfrentam como resultado da pandemia de covid19, transcrevemos a seguir parte de uma conversa que tivemos com Rogelio Montezuma, chefe do Comitê de Defesa da Comarca de Ngäbe-Buglé. Em 2010, os indígenas ngäbe-buglés resistiram com força à entrega de seu território a mineradoras e usinas hidrelétricas. Eles tiveram que suportar criminalização, massacres e repressão brutal por parte da polícia, mas foi uma luta consciente pela vida de sua comunidade.

Como resultado dessa forte resistência, em 2010, o governo panamenho revogou a lei que reformaria o código de mineração e legislou para proibir a exploração e a mineração, bem como as usinas, na comarca de Ngäbe-Buglé. O projeto da usina hidrelétrica de Barro Blanco não pôde ser cancelada porque estava fora dos limites da comarca, embora afete as comunidades ngäbes que vivem às margens do rio onde a represa foi construída.

O Cerro Colorado, que seria aberto à indústria de mineração, é considerado lugar de importância biológica na Mesoamérica, e é o pulmão da comarca.

Foi durante o processo de construção do projeto Barro Blanco que o governo do Panamá, juntamente com organizações internacionais de conservação, avançou na implementação de programas de gestão de Áreas Protegidas (APs) em comunidades indígenas que estão dentro do chamado Corredor Biológico Mesoamericano do Atlântico Panamenho (CBMAP). Nesse corredor, são contempladas 14 Áreas Protegidas prioritárias. A Comarca de Ngäbe-Buglé faz parte de uma das três macrorregiões de grande biodiversidade.

WRM: Com base em sua experiência, o que significa “fazer conservação” para vocês?

Rogelio: Os povos, por natureza, sempre conservaram as florestas e sua relação com o meio ambiente, criando a convivência harmônica na existência de todos os seres vivos.

WRM: O que você considera essencial para que as florestas possam ser preservadas pelos povos indígenas?

Rogelio: A fim de preservar as florestas, é preciso ter consciência da importância disso, do uso e do benefício que uma fonte de água nos proporciona, da produção de alimentos para a sobrevivência – sem que isso represente uma ameaça e destrua o meio ambiente.

WRM: Na sua experiência, quais foram os impactos gerados com a criação da Área Protegida?

Rogelio: Existe uma área protegida limítrofe ao território da Comarca de Ngäbe-Buglé, que gera incerteza na população, pois certas práticas são restritas ali, como caça, uso de árvores, entre outras. Isso gera diretamente um conflito social, pois não houve acordo prévio sobre essas restrições. Só quando emitem a resolução para criar uma Área Protegida é que eles informam, e não deixam opções para as populações afetadas.

WRM: Como isso afetou a conservação da floresta e o tecido social nas comunidades?

Rogelio: A conservação sem a verdadeira participação das comunidades que vivem na e da floresta provoca muita preocupação e questionamentos. Isso ocorre porque várias decisões assumidas são arbitrarias e inconclusivas, ao usar esses recursos naturais como negócio, sem medir suas consequências para os povos indígenas.

Moçambique: Carta-resposta à Portucel e ORAM



Ph: Missão Tabita

A Missão Tabita, é uma organização da Sociedade Civil Moçambicana de carácter religioso e humanitário. Ela elaborou um artigo que retrata **a percepção das comunidades rurais sobre o impacto das plantações industriais da Portucel na sua vida**. O artigo foi publicado no boletim electrónico do WRM ([disponível aqui](#)). O artigo foi elaborado com base na informação recolhida em entrevistas e encontros com membros das comunidades afectadas pela empresa Portucel nos distritos do Ile e Namarroi na Província da Zambézia, e ainda na observação direta no campo.

A Missão Tabita e o WRM receberam cartas da empresa Portucel ([disponível aqui](#)) e da ORAM ([disponível aqui](#)), a exigir o direito de resposta ao artigo, supostamente por não constituir verdade. No entanto, nem a Portucel nem a ORAM foram capazes de argumentar as suas afirmações e demonstrar que o artigo apresenta informação que não constitui verdade.

A ORAM acusa ainda os autores do artigo de insinuar que esta tenha recebido algum valor da empresa Portucel, o que desmente veementemente. No entanto, a ORAM é referida apenas num trecho do artigo, onde se lê “*A Portucel, conhecendo da sua artimanha, entrou em parceria com a Associação Rural de Ajuda Mutua (ORAM) que se dedica à delimitação de terra. Foi o que delimitou a área onde se propõe a construção alegando que é para irrigação dos produtos agrícolas. Os nossos entrevistados limitaram se de ORAM não sabendo que a manobra é feita pela Portucel*”. Esta frase de forma alguma refere que a mesma tenha qualquer tipo de relação financeira com a empresa Portucel, nem tão pouco refere que a mesma tenha recebido algum valor de forma direta ou indireta da empresa.

A frase acima refere sim que a ORAM esteve de alguma forma envolvida na delimitação de terra comunitária em algumas das comunidades afectadas pela Portucel, incluindo nas comunidades onde se pretendem estabelecer as mini represas. Esta informação é confirmada na carta da ORAM.

No âmbito projecto de construção de pequenas represas de água para promoção do cultivo de hortícolas, a percepção das comunidades contactadas é de que a ORAM trabalha em parceria com a empresa, o que segundo a ORAM não constitui verdade.

A relação entre a empresa Portucel e a organização ORAM não esta clara para as comunidades rurais entrevistadas, em inúmeras ocasiões as comunidades confundem as acções destas, no entanto, esta confusão é alimentada pela desinformação que caracteriza as acções da Portucel.

As cartas da ORAM e da Portucel de forma alguma respondem a alguma das inúmeras questões abordadas no artigo, nem tão pouco traz elementos novos à questão tratada, sendo cartas meramente descritivas dos trabalhos realizados por ambas, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Social da Portucel, supostamente “...um dos pilares da partilha de valor entre a empresa e as comunidades locais, apoiando-as no seu desenvolvimento económico e social.”

Ao longo dos anos, desde a entrada da Portucel nas áreas comunitárias da província da Zambézia, temos recebido informações de várias comunidades afectadas que se referem às promessas de empregos em troca de ceder as suas terra e machambas, promessas de construção de escolas, de postos de saúde, a melhoria de vias de acesso e a aberturas de furos de água. Estas promessas todas foram feitas no âmbito das consultas comunitárias, um dos passos definidos por Lei para obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra, e foi na base destas promessas e da enorme pressão que dizem ter sentido que a grande maioria dos membros comunitários entregaram as suas terras à Portucel. Vários afirmam que não entregaram as suas terras de livre e espontânea vontade mas que foram pressionados a aceitar a empresa, a ceder as suas terras e continuam até hoje longe de ver as suas vidas melhoradas. Não sabem dizer se esta pressão que dizem ter sido essencialmente das estruturas e lideranças locais foi com o conhecimento da Portucel, mas as promessas foram feitas pela empresa, e o governo local estava presente em todas as ocasiões.

A informação que a Missão Tabita divulga resulta de um trabalho contínuo com as comunidades afectadas, e pretende sempre transmitir a percepção e o sentimento destas da forma mais fiel possível. **Os impactos negativos destas plantações da Portucel nas comunidades rurais é visível**, estas comunidades continuam pobres, com dificuldades de acesso a água, sem escolas próximas e em condições, sem postos de saúde em condições, sem as tais chapas de zinco nas casas, então onde está a tal melhoria de vida? A que os levou a ceder as suas terras, a sua única riqueza!

Não é apenas a Missão Tabita que insiste em denunciar os impactos negativos ou a ausência de impactos positivos visíveis das plantações da Portucel, há vários estudos de outras organizações não-governamentais a referir as mesmas queixas e situações. Há todo um processo de tentativa de resolução dos mesmos com a empresa, que insiste em não assumir os problemas e dessa forma agrava a insatisfação das comunidades rurais enquanto despende recursos e tempo em Programa de Desenvolvimento Social que os próprios supostos beneficiários desconhecem e não veem grande impacto positivo, pois não foi o que lhes foi prometido.

As comunidades que a Portucel refere como parceiros estratégicos, na sua grande maioria, não conhece o Programa de Desenvolvimento Social da empresa, também não conhece e

portanto pouco uso faz do mecanismo de gestão de reclamações, **o povo continua a sentir-se prejudicado e enganado**. A Missão Tabita insiste em confirmar que há pessoas lesadas que perderam suas machambas e culturas, logo no início do projecto. Segundo os membros comunitários entrevistados, a “negociação” para cedência de terra comunitária é feita individualmente, onde a empresa negocia directamente com o proprietário de modo a que pela sua machamba, incluindo o trabalho de limpeza da mesma, que é efectuada pelo proprietário da mesma e familiares contratados, que recebem cerca de 1500 Mts (cerca de 24 dólares). Este trabalho não é pagamento pela machamba mas sim pelo trabalho de limpeza da terra e machamba que cederam que eles próprios cederam à empresa. E é este o tal emprego prometido?

As questões levantadas pelas comunidades têm sido até então justificadas pela empresa como sendo em grande medida derivadas da falta de informação e de comunicação entre a empresa e as comunidades. A Missão Tabita acredita que esta análise seja **uma grosseira simplificação das preocupações das comunidades, considerando que muitos simplesmente não estão interessados em ver o seu modo de vida alterado, não querem viver rodeados de eucaliptos e têm alguma noção dos impactos negativos que este tipo de plantação terá nas suas machambas em termos de disponibilidade de água, uso de agro-tóxicos, etc.**

Missão Tabita, Mozambique

Uma Organização que tem como objectivo principal buscar a Paz e a justiça social, promovendo os direitos humanos, incluindo o direito à terra e aos recursos naturais, em particular para as comunidades rurais que deles dependem directamente.

RECOMENDADOS

Conflitos de terra entre a empresa de plantações SOCFIN e comunidades em Serra Leoa

Organizações da sociedade civil receberam com satisfação um relatório do Comitê Técnico criado pelo governo da Serra Leoa para analisar uma disputa jurídica entre a multinacional Socfin e as comunidades afetadas pelas plantações de dendezeiros da empresa na Chefia de Malen, em Serra Leoa. A finalização do relatório conclui a fase investigativa do processo de solução de conflitos referente à disputa de terras entre as duas partes, e é um passo importante para encontrar uma solução para esse conflito antigo.

Leia mais aqui:

EN: <https://wrm.org.uy/es/?p=18360>

FR: <https://wrm.org.uy/fr/?p=16327>

Apelo internacional para acabar com a violência contra os povos na Colômbia

Diferentes movimentos, organizações e redes nacionais e internacionais condenam e denunciam vigorosamente os assassinatos sistemáticos e seletivos de camaradas de organizações rurais e urbanas na Colômbia, sem que o governo ou instituições multilaterais tenham acompanhado de forma responsável os assassinatos e massacres. Desde 6 de março, quando foi relatado o primeiro caso de COVID-19 na Colômbia, mais de vinte líderes sociais foram assassinados. Manifestamos nossa solidariedade e exigimos justiça para todos os camaradas de várias organizações de povos colombianos. Além das mortes, existem ameaças e ataques constantes contra os sindicatos e os líderes dos povos em

todas as regiões desse país sul-americano. O apelo também chama a se manifestar contra esses eventos e realizar ações para constatar e investigar a gravidade da situação dos povos, denunciando e expondo essa situação, e instando o governo colombiano a assumir sua responsabilidade e seu compromisso de alcançar a paz no país. Leia o apelo em inglês e espanhol aqui: <https://seguimosenlucha.org/index.php/2020/04/29/llamamiento-internacional-para-detener-la-violencia-contra-el-pueblo-colombiano/>

Legalizando o roubo de terras no Brasil enquanto o foco está na Covid-19

Enquanto a maioria da mídia se concentra na crise da Covid-19, novas leis de terras no Brasil devem abrir caminho para uma concentração sem precedentes de terras rurais, expandindo o desmatamento e a destruição, pressionados pela ganância dos setores do agronegócio e da extração de madeira. Se o Congresso Nacional aprovar, em 19 de maio, a Medida Provisória (MP 910) assinada pelo presidente Jair Bolsonaro em dezembro de 2019, milhões de hectares de terras públicas federais podem ser privatizados, autorizando um “procedimento autodeclaratório” para eliminar a burocracia. Isso também resultará na expulsão de milhares de pequenos agricultores, moradores das áreas rurais e comunidades nas periferias das cidades. Enquanto isso, os destruidores da floresta avançam rapidamente, com um crescimento de 63,7% no desmatamento somente em abril na Amazônia brasileira. Leia mais informações aqui e aqui em português e aqui em inglês.

PO: https://www.grain.org/system/attachments/sources/000/005/853/original/Land_Robbery_in_Brazil_complete_version_PT_footnotes.pdf

PO: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/08/desmatamento-na-amazonia-cresce-63-7-em-abril-grileiro-nao-faz-home-office>

IN: <https://www.farmlandgrab.org/post/view/29613>

Como os governos asiáticos reagiram à pandemia de COVID-19?

No artigo de abertura do boletim da Focus on the Global South, Shalmali Guttal alerta para a forma como os *lockdowns* no Paquistão, na Índia, na Tailândia, no Vietnã, no Camboja, em Mianmar e nas Filipinas deixaram milhões de trabalhadores informais, agrícolas e migrantes, vendedores ambulantes, e trabalhadores do entretenimento e do turismo sem renda, moradia, alimentos e cuidados de saúde, e impediram que agricultores, pescadores e pastores realizassem atividades fundamentais para a produção de alimentos. Ela também alerta sobre um dos maiores perigos das medidas de emergência que deveriam proteger as pessoas em circunstâncias excepcionais, como essa pandemia: elas podem persistir indefinidamente. A COVID-19 proporcionou uma oportunidade para líderes/regimes políticos de muitos países adotarem medidas que favoreçam seus interesses, as quais podem se institucionalizar e ser usadas em outras circunstâncias que os regimes dominantes considerem excepcionais.

Leia o artigo em inglês aqui: <https://focusweb.org/how-have-asian-governments-responded-to-the-covid-19-pandemic/>

Um subsídio para ativistas diante da pandemia

A rede de mulheres africanas contra a extração de recursos minerais (WOMIN) compilou informações úteis para ativistas, diante das medidas contra a pandemia. A compilação reúne informações básicas de saúde, ferramentas para ajudar a organizar o trabalho (formas de acessar assistência jurídica, cuidar da comunidade em uma crise, organizar reuniões e oficinas pela internet), bem como leituras para aprofundar análises e pesquisas, principalmente sob a perspectiva do ecofeminismo, da justiça de gênero e da análise radical, e com um esforço consciente para examinar contribuições africanas dos movimentos e dos ativistas para esse debate crescente. Acesse a compilação, em inglês, aqui:

<https://womin.org.za/resource-library/an-activist%E2%80%99s-covid-19-resources-pack.html>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) planta 1.000 árvores em acampamento no Paraná, Brasil

No campo de Maila Sabrina, foram plantadas 500 árvores nativas e 500 árvores frutíferas, durante o encerramento do Curso de Formação dos Coletivos Pedagógicos das Escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná. A ação faz parte do Plano Nacional "Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis", lançado pelo MST no final de 2019, com o objetivo de plantar 100 milhões de árvores em todo o Brasil, ao longo de 10 anos. O ato místico e político de plantar árvores denunciou a lógica perversa e destrutiva do agronegócio e do mercado de mineração. Veja a nota, em inglês, aqui:

<https://www.mstbrazil.org/news/mst-families-educators-plant-1000-trees-encampment-paran%C3%A1>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 249 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Áreas protegidas alimentando o lucro empresarial e a destruição"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

Suscribe to WRM bulletin here: <http://eepurl.com/8YPw5>

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas.

A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM. Comunidades resistindo ao desmatamento e às táticas de "lavagem verde"? [Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>